

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIALDA ESMANHOTTO

**O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO PARA AS MÃES DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA GRANDE CURITIBA:
UMA ABORDAGEM DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.**

CURITIBA

2009

MARIALDA ESMANHOTTO

**O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO PARA AS MÃES DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA GRANDE CURITIBA:
UMA ABORDAGEM DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas

CURITIBA

2009

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Esmanhotto, Marialda

O significado da educação para as mães do programa bolsa família na grande Curitiba: uma abordagem da psicologia social comunitária / Marialda Esmanhotto. – Curitiba, 2009.
172 f.

Orientadora: Profª.Drª. Maria de Fátima Quintal de Freitas
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Programa Bolsa Família - Curitiba(PR). 2. Famílias pobres – assistência social – educação. 3. Famílias pobres – educação. 4. Psicologia social – famílias pobres. 5. Educação – aspectos sociais. I. Título.

CDD 370.1934

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que de certa forma marcaram a minha vida, com seus pensamentos, com o seu jeito simples de ser e de andar de cabeça erguida, mesmo diante das adversidades que a vida pode lhes oferecer.

AGRADECIMENTOS

Para Deus pela presença constante em minha vida e a Santa Rita de Cássia pelas inúmeras intercessões e por me dar forças para chegar ao fim.

A minha amada família, meu esposo Mauro, minha mãe Marilu e minha filha Marinelly, que foram os incentivadores quando não existia mais nenhuma força, e de acreditarem fielmente que a batalha seria vencida. Aproveito a oportunidade para pedir desculpas pelos vários dias de ausência em que os livros eram as únicas coisas que faziam parte da minha vida.

A minha orientadora Prof^a. Dra Maria de Fátima Quintal de Freitas por seus ensinamentos, por seu conhecimento transmitido, por suas “puxadas de orelha” mesmo estando do outro lado do mundo e principalmente pelo companheirismo conquistado. Pelo crescimento pessoal e profissional que proporcionou meu eterno sentimento de gratidão e respeito.

A todos os Professores do PPGE, por repartir seus conhecimentos e possibilitar traçar o nosso caminho com confiança e sabedoria, em especial a Prof^a Dra Sônia Haracemiv pelas palavras de carinho, por sua paciência, por seu incentivo, e por ser uma pessoa “especial” em minha vida, minha gratidão.

Meus colegas e amigos, que participaram dessa caminhada, em especial, Thaís, Carlos, Elisa, Marcia Mattos e tantas outras pessoas que me incentivaram e que demonstraram carinho e paciência em escutar as minhas lamentações. E aproveito a oportunidade para agradecer também a toda a minha equipe de trabalho, que passaram horas me escutando, “vou estudar”, “preciso escrever”, e a todos que de uma forma ou outra participaram dessa caminhada, meu Muito Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar o significado da educação para os inscritos no Programa Bolsa Família sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária. A escolha do referido tema se deu a partir da prática e observação da pesquisadora junto a famílias economicamente desfavorecidas, em um Município da Grande Curitiba, tendo em vista que a pesquisadora desenvolve atividades há mais de dois anos na gestão pública municipal, e tem acesso aos dados reais sobre o funcionamento do Programa. O Programa Bolsa Família é desenvolvido pelo Governo Federal e visa à transferência de renda para famílias com renda per capita de até R\$140,00 e que possuam em sua composição familiar crianças e adolescentes em idade escolar. Faz parte do contexto do programa o cumprimento de compromissos assumidos pelas famílias na área de educação e de saúde, compromissos estes chamados de “condicionalidades”. Em relação às famílias foi realizado entrevista com 16 titulares do sexo feminino inscritas no referido programa. Foram identificados os significados sobre o processo de escolarização da família, o papel e a participação dos pais no processo educativo de seus filhos, escola e a importância de se estudar, o contexto escolar, o que é Programa Bolsa Família, o valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas, a influência do programa no retorno e/ou permanência escolar, mudança de vida proporcionada pelo programa, a escolha entre receber o valor monetário do Bolsa Família ou a oportunidade de um emprego e comentários sobre o Programa Bolsa Família na fala das entrevistadas. Quanto aos resultados estes indicam que a família tem consciência da importância da escolarização para seus filhos, e vê a educação como fator de crescimento e desenvolvimento pessoal. Porém, a participação da família tanto na educação como na comunidade não deve ser vista somente como receptora e sim como co-gestora das políticas públicas.

Palavras-chave: Educação. Famílias. Programa Bolsa Família. Psicologia Social Comunitária.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the meaning of education for those enrolled in the Programa Bolsa Família [Family Grant Program], under the perspective of Community Social Psychology. The selection of this topic was made from the practice and observation of the researcher in economically disadvantaged families, in a town from the metropolitan area of Curitiba, given that the researcher has developed activities in the public services of the town for more than two years, and has access to actual data about the functioning of the program. The Programa Bolsa Família is developed by the Federal Government and is aimed at transferring income to families with a per capita income of up to R\$ 140,00 and who have school aged children and adolescents in their family composition. The fulfillment of certain commitments made by families in the area of education and health is a part of the context of the program, and these commitments are called “conditionalities”. In relation to the families, an interview was conducted with 16 female grant-holders who are enrolled in the program. We identified in the speech of the interviewees the meanings about the process of schooling of the family, the role and participation of parents in the educative process of their children, school and the importance of studying, the school context, what it is the Programa Bolsa Família, the value of the stipend versus the fulfillment of basic needs, the influence of the program in the re-enrolment and/or permanence in school, life change provided by the program, the choice between receiving the monetary stipend of the Family Allowance or a job opportunity and comments about the Programa Bolsa Família. These results indicate that the family is aware of the importance of schooling for their children, and sees education as a factor for growth and personal development. However, the participation of the family both in education and in the community should not be regarded only as recipient, but as co-manager of public politics.

Keywords: Education. Families. Family Grant Program. Community Social Psychology.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	55
QUADRO 2 – PERFIL DAS FAMÍLIAS.....	56
QUADRO 3 – GRAU DE ESCOLARIDADE ENTRE GERAÇÕES	57
QUADRO 4 – SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	– Benefício de Prestação Continuada
BVCE	– Benefício Variável de Caráter Extraordinário
CADÚNICO	– Cadastro Único
CRAS	– Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	– Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIS	– Número de identificação social
PBF	– Programa Bolsa Família
PETI	– Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	– Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	– Política Nacional da Assistência Social
SENARC	– Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
UNICEF	– Fundos das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. Pobreza e exclusão social: “FACES de uma mesma moeda”	16
2.2. Programas de Transferência de Renda Implantados no Brasil	21
2.2.1. Breve Resgate Histórico dos Programas de Transferência de Renda	21
2.3. Programa Bolsa Família	26
2.3.1. No que Consiste o Programa Bolsa Família (PBF)	27
2.3.2. Critérios de Inclusão	28
2.3.3. Critérios de Seleção	29
2.3.4. O valor pago pelo benefício e suas condições para recebimento	29
2.4. FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	32
2.4.1. Conhecendo a família de hoje	33
2.4.2. A família e a escola como espaços de educação	38
2.5. O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	43
2.5.1. Categorias Fundamentais da Psicologia Social Comunitária	46
3. METODOLOGIA	50
3.1. Delimitação da Amostra	51
3.1.1. Campo de estudo	51
3.1.2. Seleção dos Participantes	52
3.1.3. Procedimento de coleta de dados	52
3.1.4. Análise dos dados coletados	53
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1. Entrevista com as Titulares do Programa Bolsa Família	54
4.1.1. Caracterização das participantes da pesquisa	54
4.1.2. Educação, Família e Programa Bolsa Família nas Falas das Entrevistadas	60
4.1.2.1. O Processo de escolarização da família	60
4.1.2.2. O Papel e a Participação dos pais no processo educativo de seus filhos	63
4.1.2.3. Significados sobre escola e a importância de se estudar	70
4.1.2.4. O Contexto escolar	72
4.1.2.5. O que é Programa Bolsa Família para as entrevistadas	77
4.1.2.6. O Valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas	81
4.1.2.7. O Programa Bolsa Família e sua influência na permanência e/ou retorno escolar	84
4.1.2.8. A Mudança de vida proporcionada pelo Programa Bolsa Família	86
4.1.2.9. A escolha entre receber o valor monetário do Bolsa Família ou à oportunidade de um emprego	87
4.1.2.10. Comentários sobre o Programa Bolsa Família através das falas das Entrevistadas	88
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	91
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	106

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de pesquisa que enfoca o significado da educação para os inscritos no Programa Bolsa Família sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária.

Parte-se da prática profissional e do trabalho diário com famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, no qual a pesquisadora observou variáveis fundamentais para a pesquisa: baixo grau de escolaridade, alto índice de violência, moradias precárias e a falta de alimentação das famílias inscritas junto ao Programa Bolsa Família (PBF).

O referido programa caracteriza-se pela transferência de renda para as famílias com renda per capita de R\$70,00 (setenta reais) até 140,00 (cento e quarenta reais) mensais. Estas devem participar de compromissos na área de educação, saúde e assistência social. Os programas de transferência de renda, como é o caso aqui, do Programa Bolsa Família (PBF) foi criado para combater a miséria e a exclusão social, além de promover a emancipação das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Em conformidade com ROCHA (2006, p.09), “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

Seguindo o pensamento da mesma autora, a discussão sobre a pobreza iniciou em países desenvolvidos, o que proporcionou a associação do critério de pobreza com questões interligadas a distribuição de renda.

Para WANDERLEY (2007, p.23), a pobreza não é resultante somente da ausência de renda, mas sim, dentre outros fatores como a “ausência de poder”, onde “o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia”.

Dentro desse contexto a desigualdade social é um tema que está em pleno debate na sociedade e se caracteriza por não ser um assunto novo. Partindo do estudo, denominado “Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira” - texto para Discussão nº. 1.201, Rio de Janeiro, (2006), pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), afirmam que o Brasil faz parte do grupo dos dez países com pior nível de concentração de renda do mundo.

O mesmo texto aponta ainda que, enquanto “os 10% mais ricos ficam com mais de 40% da renda, os 40% mais pobres repartem entre si menos de 10% da renda” (BARROS, p. 12, 2006).

Além da desigualdade de renda outro fator que se faz presente neste meio é a baixa escolaridade apresentada pelas famílias de extrema pobreza, pois para muitas crianças e jovens dessas famílias o mundo do trabalho é visto como um espaço cotidiano, e a escola é uma quebra dentro desse contexto de possibilidades e de ganhos. Entretanto, o ingresso precoce no mercado de trabalho geralmente é acompanhado de evasão escolar.

Rotineiramente, são as famílias com os menores rendimentos que vivem em condições de insegurança alimentar e experimentam um grau elevado de carência alimentar. A desnutrição infantil, gerada pela falta de alimentos, afeta o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, e pode ainda deixar seqüelas por toda a vida. Além disso, em conformidade com Brasil, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (2006, p. 9) “as unidades domiciliares que dispõem de menor renda geralmente estão localizadas em áreas sem infra-estrutura básica de saneamento, o que expõe todos os integrantes da família ao risco de contrair doenças”.

É mencionado por OLIVEIRA (2003, p.95), que de cada cem crianças que nascem no Brasil, “62 vivem em ambientes contaminados, sem condições adequadas de saneamento básico (água e esgoto)”.

Através de estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os avanços na área de escolarização no Brasil, ainda apresentam baixo índice, mas o maior problema não é a taxa de matrícula, mas a permanência na escola,

já que o estudante vê-se forçado a deixar os estudos, pressionado pelo baixo salário do pai e da mãe. Há três grupos: 1) os que só estudam; 2) os que estudam e trabalham; 3) os que só trabalham. (...) O estudo

UNICEF/IBGE mostra que quanto menor a renda da família do estudante, mas baixa é a taxa de escolarização (OLIVEIRA, 2003, p. 97).

Dentro desse contexto de desigualdade econômica e educacional é que a presente pesquisa tem o objetivo de investigar o significado da educação para os inscritos no Programa Bolsa Família sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária.

O local escolhido para a pesquisa é um Município da Grande Curitiba que possui de acordo com IBGE/2007, 233.916 habitantes. O motivo que incentivou a escolha do referido município é o acesso aos dados reais sobre o funcionamento do Programa Bolsa Família, tendo em vista ser nele que a pesquisadora trabalha há mais de dois anos na gestão pública municipal.

O Programa Bolsa Família (PBF) estabelece compromissos a serem cumpridos na área de saúde e educação, sendo a inscrição realizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e quanto ao perfil das famílias que procuram se inscrever no programa é freqüente a baixa escolarização, além de sinalizar conformismo quanto ao fator educacional, motivo este que incentivou a presente pesquisa.

Desta forma o presente projeto tem como problema de pesquisa:

Qual é a importância da escolaridade e da educação aos olhos das famílias inscritas no Programa Bolsa Família?

Diante dos fatos, este estudo tem-se como objetivo geral **investigar o significado da escolaridade para as famílias inscritas no Programa Bolsa Família em um Município da Grande Curitiba.**

Para tanto, designou-se como objetivos específicos:

- Identificar o significado e a participação das famílias inscritas no Programa Bolsa Família no processo educativo e escolarização de seus filhos;
- Caracterizar o significado da escola a partir do olhar das famílias inscritas no Programa Bolsa Família.

- Descrever os fatores que contribuem para permanência e/ou retorno dos filhos de famílias inscritas no Programa Bolsa Família à escola.
- Identificar as prioridades das famílias inscritas no Programa Bolsa Família quanto as suas necessidades básicas.
- Investigar os subsídios do Programa Bolsa Família quanto ao atendimento às necessidades básicas das famílias inscritas no programa.

Em seu corpo estrutural, e com a finalidade de uma compreensão clara e precisa, a dissertação foi estruturada em cinco partes. Na primeira parte, denominada **INTRODUÇÃO**, a pesquisadora aborda sobre o que a incentivou para a realização da pesquisa e a sua práxis com as famílias em situação de extrema pobreza inscrita no Programa Bolsa Família.

Na segunda parte, procurou-se através da **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**, subsidiar o estudo quanto à construção do objeto de pesquisa, família, educação, programa bolsa família e a psicologia social comunitária. Primeiramente falamos um pouco sobre a **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: “FACES DE UMA MESMA MOEDA”**, onde a pobreza é mais que ausência de renda, pois a mesma priva as pessoas não só das condições materiais de sobrevivência, mas atua diretamente no enfraquecimento dos vínculos sociais. A seguir, se faz um breve resgate histórico dos **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA IMPLANTADOS NO BRASIL**, em específico o Programa Bolsa Família (PBF), o eixo norteador do referido trabalho. Posteriormente se enfatiza que o PBF foi criado a partir da unificação de outros programas sociais, e que tem como objetivo erradicar a pobreza no Brasil através da transferência de renda, valor monetário, buscando o compromisso das famílias inscritas no programa, através da área de saúde e de educação. Os critérios de seleção e de inclusão são para as famílias com renda per capita de R\$140,00 (em situação de pobreza) e de R\$70,00 a R\$140,00 (de extrema pobreza). A inscrição é feita através de preenchimento de Cadastro, denominado CADASTRO ÚNICO.

A seleção é realizada pelo Governo Federal subsidiado pelas informações coletadas no cadastro, quando ao valor monetário é pago de acordo com o número de pessoas existentes na família, entre R\$22,00 até R\$200,00.

Dando continuidade, a fundamentação teórica, aborda-se sobre a **FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**. No que diz respeito à família, procuramos apresentar a sua importância nas relações sociais, da transformação ocorrida na organização familiar no decorrer da história, dos avanços conquistados através da Constituição Federal de 1988, e as novas definições de grupos familiares, assim como se procurou enfatizar em como vivem e o que pensam as famílias em situação de pobreza, que é o enfoque da pesquisa. Em relação à família e a escola como espaços de educação, procuramos enfatizar o papel de socialização que ambas representam na vida do homem. Quanto ao olhar da Psicologia Social Comunitária, aborda-se o comprometimento com a realidade das pessoas e a comunidade como parte de um contexto que envolve a escola e a família, e não uma unidade isolada.

Na terceira parte, apresentamos a **METODOLOGIA** do trabalho que teve como base a pesquisa qualitativa de caráter exploratório tendo como instrumental a entrevista. O trabalho de pesquisa foi desenvolvido em um Município da Grande Curitiba, como já citado anteriormente, ser nele que a pesquisadora desenvolve atividades há dois anos na Gestão Pública Municipal. Para a realização da pesquisa foram designados dois critérios com o intuito de selecionar os participantes: o titular da inscrição do Programa Bolsa Família, do gênero feminino e com filhos em idade escolar. Foram realizadas 16 entrevistas. As entrevistas foram executadas de forma individual e com perguntas abertas e fechadas.

Relativo à quarta parte, após organizar as informações obtidas estas foram transcritas na íntegra, onde teve início a análise qualitativa das respostas dos sujeitos da amostra, através da **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**.

Com o intuito de realizar a análise e a discussão dos resultados, os dados foram organizados em três grupos: Família, Educação e Programa Bolsa Família. Dos conteúdos analisados surgiram dez (10) itens: Processo de Escolarização da Família; O papel e a participação dos pais no processo educativo de seus filhos; Significado sobre a escola e a importância de estudar; O contexto escolar; O que é o Programa Bolsa Família para as entrevistadas; O valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas; O Programa Bolsa Família e a sua influência na permanência e/ou retorno escolar; A mudança de vida proporcionada

pelo Programa Bolsa Família; A escolha entre receber o valor monetário do Bolsa Família ou a oportunidade de emprego; Comentários sobre o Programa Bolsa Família através das falas das entrevistadas.

A quinta parte consiste na apresentação de **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES** sobre o processo de pesquisa, a co-relação existente entre a família, educação, Programa Bolsa Família e os aportes da Psicologia Social Comunitária. Neste momento, é de extrema relevância abordar da importância da pesquisa para a pesquisadora, que como trabalhadora social, pode ouvir as famílias e dar voz para aquelas que não podem questionar o que lhes é oferecido, bem como, de participar da realidade dessas famílias e de possibilitar o acesso a informações e novos conhecimentos para que estas se reconheçam enquanto sujeitos políticos com direitos e deveres e que busquem, coletivamente, um futuro comprometido com a dignidade e melhores condições de vida.

Na sequência as **REFERÊNCIAS** dos documentos, bibliografias e obras consultadas e posteriormente os **APÊNDICES** que foram utilizados na pesquisa sobre o **SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO PARA AS MÃES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA GRANDE CURITIBA: UMA ABORDAGEM DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: “FACES DE UMA MESMA MOEDA”¹

Em relação ao tema encontramos vasto material bibliográfico, fato este que enriqueceu a pesquisa, pois conciliar a teoria com a práxis permitiu levantar alguns questionamentos e ao mesmo tempo de encontrar respostas para pontos e situações nunca antes questionadas ou refletidas pela pesquisadora. Como por exemplo, ser pobre está associado ao fato de passar fome? Ou simplesmente, o que caracteriza uma família “em situação de pobreza e/ou de extrema pobreza”?

Partimos da definição de pobreza segundo ROCHA (2006, p.09), “é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação nas quais as necessidades não são atendidas de forma adequada”.

Seguindo o raciocínio da mesma autora, a discussão sobre pobreza tem seu início nos países desenvolvidos e nas economias modernas o que sinaliza para que o conceito de pobreza esteja diretamente ligado à distribuição de renda, onde o valor monetário está associado ao atendimento das necessidades. Portanto, se constrói uma linha de pobreza em função da insuficiência de renda e de consumo.

As famílias em situação de pobreza são as quais o salário (renda) é insuficiente para suprir as necessidades básicas. Quanto às em “extrema pobreza” ou “indigentes”, estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, se situam em um patamar tão baixo que sequer se igualam as condições de vida dos que estão imediatamente acima, os em situação de pobreza.

Em relação ao aspecto das necessidades não supridas, caracteriza-se pela ausência de bens e serviços essenciais para sobrevivência como alimentação, vestuário, habitação e cuidados de saúde. A necessidade social é entendida como a incapacidade de participar na sociedade, incluindo neste processo a educação e a informação. Neste aspecto as relações sociais são elementos primordiais para se compreender o problema da pobreza além do desenvolvimento econômico.

¹ Citação de WANDERLEY (2006 p.25).

O fenômeno da pobreza se apresenta de duas maneiras: absoluta e a relativa. A absoluta direciona-se ao não atendimento dos mínimos vitais (alimentação, saúde, habitação, dentre outros), já, em relação à pobreza relativa, “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão” (ROCHA, 2006, p.11).

Deste modo, a pobreza é mais que ausência de renda, porque ela não priva as pessoas apenas das condições materiais de sobrevivência, atua principalmente no enfraquecimento dos vínculos sociais.

Para TAKASHIMA (2002, p.79),

Pobreza é fundamentalmente uma experiência humana frustrada, uma deteriorada qualidade de vida. Não seria, somente, uma determinada relação das pessoas com as coisas, mas uma relação destas consigo mesmas, com os outros e com o ambiente psicológico, social e ecológico.

O Brasil nas últimas décadas vem impondo enorme desigualdade na distribuição de renda e conseqüentemente elevada níveis de pobreza, “que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (GOMES, 2005, p. 359). As pessoas em situação de pobreza encontram-se na sua grande maioria fora do mercado de trabalho ou em ocupações eventuais, e acabam se sentindo inferiores em relação à sociedade como um todo.

No final do século XX, o pobre que não estivesse inserido no mercado de trabalho formal, era considerado um “vadio” e não como parte constituinte da expansão econômica. A vida cotidiana dos pobres é mediada pela família fundada na lealdade, obrigações mútuas e recíprocas dada a precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, etc.

Neste âmbito, “(...) a medida que a explicação da pobreza social passou a ser posta no sistema e não mais no indivíduo, os pobres deixaram de ser os “vadios” para se tornarem os “desempregados” ou “subempregados”, “marginais.” (SARTI, 2007, p. 37).

Os empobrecidos urbanos passaram a ser identificados como “os trabalhadores” constituindo a “classe perigosa” pelos grupos dominantes.

Quando mencionamos sobre a pobreza o termo exclusão social também se faz presente, caracterizado por WANDERLEY como “faces de uma mesma moeda” (2006, p.25).

As desigualdades sociais e a exclusão são cada vez mais freqüentes nas sociedades capitalistas, e isto já foi demonstrado por Marx no século passado, o que só vem a reforçar que a exclusão social não é um fenômeno novo no Brasil, mas que vêm “ganhando novos contornos” (VÉRAS, 2007, p.27).

Ganha novos contornos, a partir dos anos de 90 é que o termo exclusão passa a ser visto como um fenômeno de ordem social, sendo a sua origem baseada no funcionamento das sociedades modernas, e não mais em uma ordem individual, onde as pessoas eram chamadas de mendigos, pedintes, vagabundos ou marginais.

O assunto da exclusão já foi e é discutido e estudado por vários autores, como WANDERLEY (2007, p.21) que cita Robert Castel (1995), que analisa as metamorfoses da questão social, onde se utiliza do termo “desafiliação”, para aqueles que não possuem recursos materiais e também se encontram fragilizadas pelos vínculos.

Ao procurarmos trazer o tema da exclusão para os dias atuais, reportamo-nos para o autor José de Souza MARTINS (2002, p. 21)², que apresenta a exclusão como um problema que envolve a sociedade como um todo, pois, se priva do básico para viver com dignidade e a

outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança.

Partindo das idéias do autor, a categoria exclusão advém da mesma situação histórica e social, porém com duas orientações interpretativas opostas em uma orientação transformadora e outra conservadora.

Na orientação transformadora, o “excluído seria uma vítima da exploração capitalista” (MARTINS, 2002, p. 31), como por exemplo, o trabalhador desempregado. Em relação à orientação conservadora, o autor esclarece que, estes

² MARTINS, J. S. A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. RJ: Vozes, 2002.

mesmos trabalhadores são excluídos, pois não podem participar fazer uma greve, ou de exprimir a sua opinião, tornam-se pessoas manipuladas por um sistema que não os permite lutar por seus direitos, pois caso isso ocorra, podem ser descartados.

Ao reportar as mudanças econômicas e sociais ocorridas nas condições de vida nos últimos anos, como o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes, para o cenário das famílias é que encontramos muitas sem condições de suprir as necessidades básicas de seus filhos, tais como alimentação, saúde e educação.

O período exige soluções coletivas e partilhadas entre o Estado e a sociedade, onde ambos devem desempenhar atividades de regulamentação, normatização, de proteção e de assistência.

Neste contexto de desigualdade, exclusão e pobreza é que as políticas e os programas sociais são voltados para um segmento populacional específico, e que procuram amenizar os efeitos de uma sociedade capitalista que exclui para incluir.

É neste cenário pela luta política por direitos sociais básicos que emerge a Constituição de 1988, a qual introduz o conceito de Seguridade Social³, incluindo aí o tripé: saúde, previdência e assistência social.

Na Constituição, a família dispõe de muitos dispositivos, desde a alteração referente à sua estruturação, à sua dissolução até a definição de seus direitos e deveres. Citamos o Capítulo VII, art. 226, que se refere “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 2008, p.144). No artigo 227, determina o dever da família de proteger e assegurar com prioridade a condução de uma vida digna de seus membros, em especial as crianças e aos adolescentes, protegendo-os de negligência, discriminação, exploração, violência, ansiedade e opressão.

Em 1990, a sociedade continua a se mobilizar e aprova o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), (Lei nº 8.069 de 1990), que vem reforçar o papel da família, em seu Título I, art. 4º:

³ Seguridade Social consiste no conjunto integrado de ações de iniciativa de poderes públicos e da sociedade, com o intuito de garantir os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. A utilização do conceito representou um grande avanço, porque além de instituir um direito, fixou um estatuto de política social pública, definindo fontes de financiamento e modalidades de gestão.

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação, dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006, p.4).

O avanço continua e ocorre a efetivação e regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 1993, que trata da família dentro dos níveis de pobreza e miséria e da possibilidade de proteção.

Em seu Capítulo I, art. 2º, a Assistência Social em seus objetivos prevê a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes.⁴

Para ALENCAR (2008, p.64) dois aspectos devem ser considerados antes de se atribuir à família a responsabilidade de proteção de seus membros:

O primeiro se refere às alterações ocorridas na organização e na dinâmica familiar, que acarretam uma interação limitada e precária entre os membros da família. Em segundo lugar, em decorrência da crise econômica do país, expressa o desemprego crescente, rebaixamento de salários, desregulamentação de direitos sociais, é preciso considerar a fragilidade da família para o desempenho esperado.

Neste contexto de fragilidade, instabilidade e desigualdade e a má distribuição de renda destroem não só as famílias, mas toda a sociedade. Sinaliza-se para a necessidade de promoção e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social através de políticas sociais articuladas que proporcione o crescimento, desenvolvimento, transformação das condições de vida e construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária.

⁴ A palavra 'carentes', vêm sendo substituída na prática e nos documentos relacionados à política de assistência social, pela expressão "em situação de vulnerabilidade e risco social".

2.2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA IMPLANTADOS NO BRASIL

Este tópico apresenta uma breve síntese dos Programas de Transferência de Renda. Entre os diversos Programas implantados o eixo norteador caracteriza-se em combater a exclusão econômica e social através de uma transferência monetária direta as famílias.

Os Programas de Transferência de Renda inserem-se na Política Nacional de Assistência Social, sem caráter contributivo, que representa uma renda mínima de subsistência, sendo estes Programas situados no contexto do Sistema de Proteção Social.

2.2.1. Breve Resgate Histórico dos Programas de Transferência de Renda

A inserção dos Programas de Transferência de Renda no Brasil remonta para o sistema de proteção social e situam-se na década de 40, onde a Seguridade Social consolida-se como “um conjunto de políticas sociais, vindo a formar os estados do bem-estar-social, conhecidos sob a denominação de *Welfare State*” (MOTA, 1996, p. 191).

Segundo os autores contemporâneos – Briggs e Willenski, citados por CARTAXO, (1995, p.165),

“a noção de *Welfare State* é plena de conteúdo positivo, no sentido de o Estado garantir uma renda mínima que assegure os direitos sociais dos indivíduos e suas famílias, em relação com o mercado, quando em situação de adversidade social”.

Percebe-se que a segurança dos direitos sociais é um direito político não sendo uma benevolência do Estado, motivo pelo qual, não está ligado, necessariamente à contribuição do cidadão. A segurança a qual se referem pode ser traduzida como “proteção social”.

O *Welfare State* fundamenta-se, portanto, na segurança e igualdade, tendo como ponto central a universalidade.

A Seguridade Social emerge historicamente frente às questões sociais, isto é, “com o surgimento da pobreza como problema social e com a necessidade de algum tipo de proteção social para minorar a situação de miséria e pobreza que surge com a formação do proletariado urbano-industrial” (MOTA, 1996, p.191).

A proteção à família situado nos sistemas de proteção não é novidade nos sistemas de proteção social, e também utilizado em alguns países como: Inglaterra⁵, Suécia, França e Itália, Alemanha e Chile.

No Brasil, o conceito de Seguridade Social, como política social e como um direito social, data da Constituição de 1988.

Para Vieira, citado por YAZBEK, (1997, p.7), “em nenhum momento de sua trajetória histórica a política social brasileira encontra tamanho acolhimento em uma Constituição, como acontece na Constituição de 1988, com seu reconhecimento de direitos no campo social”.

No que tange à questão social em específico a Constituição Federal de 1988, introduziu um novo conceito: o conceito de Seguridade Social, incluindo aí o tripé: saúde (direito de todos e dever do Estado), previdência (caráter contributivo) e assistência social (independente de contribuição, provê o atendimento a quem dela necessitar).

É importante considerar que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), implantada em 1993, tem o mérito de incluir o debate sobre a proteção social e a concepção dos Mínimos Sociais⁶.

A Constituição Brasileira de 1988 cita os mínimos sociais, porém não os define, inexistindo uma concepção formada, concreta do que sejam os respectivos “mínimos”. Estabelecemos alguns parâmetros e correlações de que “mínimos sociais” podem ser estabelecidos por um padrão de vida digno, que implica em definir quais as necessidades que são consideradas básicas e universais.

⁵ Recomenda-se KALOUSTIAN, S. M. Família Brasileira a base de tudo. In: CARVALHO, M. C. B. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

⁶ Ao comentarmos sobre os Mínimos Sociais, torna-se importante ressaltar que mesmo efetuando uma pesquisa pertinente ao assunto, diversas são as discussões no âmbito da Política de Assistência Social, mas que apresentam definições e concepções diferentes. Destacamos o trabalho de Aldaíza SPOSATI, (1997).

Trata-se de definir uma ordem de valores dentro de uma ética de vida coletiva. “Implica em considerar a satisfação de necessidades num sentido amplo, material e imaterial” (SPOSATI, 1997, p.19).

Retornando ao aspecto das desigualdades sociais em função da reestruturação produtiva ocorre um agravamento da situação, onde o mundo vivenciou uma intensa crise no Sistema Capitalista de Produção, que por sua vez acarretou sérias modificações/transformações nas relações de trabalho.

Com o expressivo desenvolvimento tecnológico, abrangendo avanços no campo da robótica e da automação, e com a inserção do Brasil no processo de globalização, características estas pertinentes aos países de política neoliberal⁷, as relações de trabalho drasticamente sofreram alterações e tão intensas e de forma rápida que os modos de produção somente se adaptaram à filosofia da competitividade e da modernização.

O quadro tende a se agravar quando o Governo Federal Brasileiro passa a adotar o “chamado projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, na busca de inserção do Brasil na chamada competitividade da economia globalizada” (SILVA, 2008, p.27).

Neste âmbito, a máquina tende a substituir o trabalho do homem e este por falta de qualificação profissional, baixos salários, desempregado, é obrigado a buscar como estratégia de sobrevivência a inserção no mercado informal de trabalho.

A exclusão e as desigualdades sociais são cada vez mais freqüentes nos países como o Brasil encontra-se engajado no processo de globalização, indicando forte submissão da economia às regras de mercado, fatores estes que são características da política neoliberal.

Em conformidade com LAURELL, no campo específico do bem estar social,

os neoliberais sustentam que ele pertence ao âmbito privado, e que as suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados. Por isso, o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir

⁷ Recomenda-se para aprofundamento, LAURELL (1997), Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo, Ed. Cortez. A política neoliberal apresenta-se no estado seja estado mínimo, (solicita o envolvimento e a criação do terceiro setor), redução dos direitos trabalhistas, incentivo para a entrada da mulher no mercado de trabalho devido ao desemprego do provedor da família (quando no caso é o homem), desenvolvimento tecnológico e automação, êxodo rural e aceleração da urbanização. Quanto as consequências geradas, altas taxas de desemprego, precarização das relações de trabalho, aumento da informalidade do trabalho, o que gera a insegurança a pobreza e a miséria do povo.

serviços que os privados não podem ou não querem produzir além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva (LAURELL, 1997, p.63).

De outro lado, surge o desemprego estrutural, a perda de conquistas trabalhistas, a tercerização, os baixos salários, a desorganização da classe trabalhadora e a falta de proteção social.

O projeto econômico elevou o plano do capital e deixa para segundo o social. Perante tais circunstâncias cresce a exclusão e a desigualdade social, tornam-se expressivas.

Perante todas essas transformações que ocorreram no mundo do trabalho, as principais conseqüências refletem-se na deteriorização das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores.

Diante das circunstâncias, as taxas de desemprego passam a ser elevadas, precarização e instabilidade do trabalho, rebaixamento do valor da renda do trabalho, ocasionando ampliação e aprofundamento da pobreza.

Devido aos diversos movimentos sociais e manifestações da sociedade, as políticas passaram a ser tratadas como “questão social”⁸.

As políticas de combate à pobreza entraram na agenda nacional nos anos 90 pela influência de vários fatores. O mais importante, sem dúvida, foi à campanha nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela vida, um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos anos que, liderado pelo sociólogo Betinho, conclamou a sociedade brasileira a indignar-se e a mobilizar-se na luta contra a fome e a pobreza.

No Brasil, os debates sobre os Programas de Transferência de Renda se aprofundam também durante a década de 1990, e que de acordo com SILVA (2008, p.38) “passando a se constituir, nesse início do século XXI, o que se pode considerar a estratégia principal no eixo da Política de Assistência Social do Sistema Brasileiro de Proteção Social na atualidade”.

No contexto Brasileiro a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) se deu com a aprovação no Senado, em 1991, do Projeto de Lei do Senador Eduardo Suplicy.

⁸ Segundo SILVA, “questão social entendida como expressão das relações sociais, (...) diz respeito à desigualdade econômica, política e social entre as classes sociais na sociedade capitalista, envolvendo a luta pelo usufruto de bens e serviços socialmente construídos como direitos, no âmbito da cidadania.

As experiências de Renda Mínima e Bolsa Escola se alastram por muitos Municípios e Estados, além de diversos programas federais de modo descentralizado nos municípios brasileiros, como em São Paulo (Campinas), Distrito Federal⁹, dentre outros.

Em 2002/2003 havia no Brasil inúmeros Programas Sociais, que faziam parte da “rede de proteção social”, mas que eram geridos por administrações burocráticas diferentes e, como: Ministério da Assistência Social - Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social; Ministério da Educação: Programa Nacional de Renda Mínima/Bolsa Escola; Ministério da Saúde: Programa Bolsa Alimentação; Ministério de Minas e Energia: Auxílio-Gás; Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar: Cartão Alimentação.

A implantação desses programas a nível interministerial e de forma desarticulada, ao longo dos anos, contribuiu para que problemas como a superposição de clientela, a baixa cobertura, a pulverização dos recursos e a limitação dos instrumentos de avaliação viessem a resultar em uma política social restrita.

A indicação dessa variedade de Programas de Transferência de Renda e devido ao debate criado na sociedade com a introdução de uma renda mínima para os Brasileiros, e por iniciativa de governos municipais e estaduais e do próprio governo federal, constata-se a necessidade de unificação de todos os programas em um único programa social, com cadastro e administração centralizada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), fator este que facilita a administração e fiscalização.

Dessa unificação, surge o Programa Bolsa Família (PBF), que traz condicionalidades/compromissos existentes nos programas de renda mínimas anteriores, porém inova quando coloca a família como um todo, diferente dos outros programas que beneficiavam cada membro da família de forma isolada.

O Programa Bolsa Família é criado através de Medida Provisória nº. 132 de 20 de outubro de 2003 com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, transformado em Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado por Decreto nº. 5.209, de

⁹ Para maior aprofundamento teórico, recomenda-se, SILVA, O. da S. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

17 de setembro de 2004, sendo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

Para SILVA (2008, p. 30),

os Programas de Transferência de Renda representam o elemento central na constituição atual do Sistema de Proteção Social brasileiro, o que requer o desenvolvimento de um processo sistemático de seu acompanhamento e avaliação para dimensionar o real impacto desses programas, sobretudo em relação a dois aspectos centrais possibilidades para elevar o nível de escolaridade e de saúde da população e sua efetividade enquanto política pública de enfrentamento à pobreza e a desigualdade social.

2. 3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família como já citado, foi criado através da unificação de antigos programas de transferência no caso o Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

O Programa veio para atender a unidade nuclear, ou seja, todos que residem no mesmo domicílio. Consiste no repasse de um valor monetário para as famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.

As famílias em situação de pobreza são as quais o salário e/ou renda não é suficiente para suprir as necessidades básicas, já às de extrema pobreza ou indigentes estão abaixo da linha da pobreza, sem quaisquer recursos para prover as suas necessidades básicas.

O objetivo do Programa Bolsa Família é aliviar a pobreza entre gerações, através do acompanhamento de condicionalidades na área de saúde e educação além de trabalhar de forma articulada com as políticas públicas para apoiar e desenvolver a capacidades das famílias.

Procuramos na sequência apresentar detalhadamente o que é o programa, como funciona, os critérios de inclusão, os critérios de seleção, as condicionalidades/compromissos, beneficiários e demais aspectos que compõem o Programa Bolsa Família (PBF).

2. 3.1. NO QUE CONSISTE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O primeiro ponto a ser esclarecido é o conceito que o Programa Bolsa Família tem do que seja “Família”:

unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (BRASIL, Lei nº. 10.836 de 09/01/2004).

O Programa Bolsa Família é consiste na transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza (com renda por pessoa de R\$70,00 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$70,00), o qual vincula o recebimento do benefício ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de Educação e Saúde.

As condicionalidades para melhor compreensão são os compromissos que as famílias inscritas no Programa devem cumprir tanto na área de Saúde, Educação e Assistência Social.

As condicionalidades foram estabelecidas, pois o grupo da população que se encontra em condições de maior pobreza apresenta dificuldades para acessar os benefícios sociais de que necessitam. A estratégia escolhida pelo Governo Federal foi condicionar a transferência monetária a compromissos sociais que deveriam ser cumpridos pela família e garantidos pelo poder público.

O Programa Bolsa Família integra o chamado “Fome Zero”¹⁰, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável.

¹⁰ “Estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza o Brasil, tendo como principal Programa o Bolsa Família”. BRASIL. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2008.

2. 3.2. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

As famílias com renda de até R\$140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa devidamente cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais, é que pode fazer parte do Programa Bolsa Família.

A renda da família é baseada a partir da soma da renda que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias), sendo o valor dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda per capita da família.

O programa Bolsa Família seleciona as famílias a partir de informações inseridas pelo Município no CADÚNICO, que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Orientações para acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (2006, p.21), ¹¹ é um instrumento de coleta de informações que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza – definidas como sendo aquelas com renda igual ou inferior a ½ salário mínimo por pessoa – no país.

Após a coleta de dados, as pessoas constantes do cadastro recebem o número de identificação social (NIS).

O Cadastro possui informações relativas aos domicílios (cerca de 130 quesitos) onde residem as famílias pobres e também sobre cada pessoa residente: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento de água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho.

Os dados coletados proporcionam aos governos municipais, estaduais e federais o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas e a análise das suas maiores necessidades, assim como possibilitam a elaboração de políticas, serviços e ações sócio-educativas.

¹¹ Instituído pelo Decreto nº. 3.877, de 24 de julho de 2001, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

2. 3.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O Programa Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo Município no Cadastro Único para Programas Sociais para Governo Federal.

Cada município tem um número estimado de famílias pobres considerado como a meta de atendimento do Programa naquele território específico.

A estimativa é calculada com base em uma metodologia utilizada com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e tem como referências os dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2004, ambos do IBGE.

Cabe destacar que o fato de famílias estarem incluídas no CADÚNICO não gera a inclusão automática dessas famílias no Programa Bolsa Família ou em outros programas. A inserção em programas do Governo Federal e de outras esferas do governo está condicionada aos critérios de acesso e permanência estabelecidos para cada programa, a fixação de metas e atendimento, à composição, à renda e às características de cada família.

A partir das informações repassadas no CADÚNICO, por meio de um sistema desenvolvido para esse fim, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. O critério central é a renda per capita da família, onde são incluídas de primeiro momento as famílias com a menor renda.

Neste processo passam por etapas: as famílias que se inscrevem e aguardam receber o benefício, classificadas como “ativas”, e as famílias que recebem o valor financeiro são denominadas “beneficiárias”.

2.3.4. O VALOR PAGO PELO BENEFÍCIO E SUAS CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO

Os valores pagos pelo Bolsa Família variam de R\$22,00 (vinte e dois reais) a R\$200,00 (duzentos reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e do número de crianças, gestantes e nutrízes. No caso de famílias que migraram de

programas remanescentes, o valor do benefício pode ser maior, tendo como base o valor recebido anteriormente.

O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente.

As informações sobre os benefícios foram pesquisadas na biblioteca digital do Ministério e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), (2009, 05/09/09):

O Benefício Básico, de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$70,00 (setenta reais) por pessoa (pago as famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O Benefício Variável, de R\$22,00 (vinte e dois reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$66,00 (sessenta e seis reais).

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$33,00 (trinta e três reais), é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 a 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$66,00 (sessenta e seis reais).

Existe ainda o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) que é concedido às famílias dos Programas Remanescentes (Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás), cuja migração para o Bolsa Família implica perdas financeiras à família.

O recebimento do benefício é vinculado ao cumprimento de compromissos por parte dos beneficiários nas áreas de saúde, alimentação e educação. Esses compromissos são também denominados “condicionalidades”.

As condicionalidades foram concebidas como um mecanismo para ligar à oferta à demanda por serviços públicos de saúde, educação e assistência Social.

Para estimular as famílias a cumprir as condicionalidades, o Programa Bolsa Família dispõe de dois mecanismos. O primeiro é a transferência de recursos, onde as famílias continuam a receber os benefícios desde que mantenham as características cadastrais que as tornaram elegíveis para ingressar no Programa e

cumpram a agenda de condicionalidades de Saúde, de Educação, as atividades complementares socioeducativas e as atividades de convivência. O segundo mecanismo consiste na aplicação de sanções as famílias em situação de inadimplência.

As famílias em situação de descumprimento dos compromissos estão sujeitas as sanções gradativas, que vão desde a notificação da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento caso o descumprimento aconteça por cinco períodos consecutivos.

Tomando como referência o Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2008, p. 22) as famílias beneficiárias devem, em relação à saúde:

- Levar as crianças até sete anos para vacinação e manter atualizado o caderneta de vacinação;
- Levar as crianças para pesar, medir e serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde;
- Levar as gestantes a participarem do pré-natal;
- Garantir o acompanhamento e a participação das nutrizes em atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008, p. 22).

Em relação à Educação, as famílias devem:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola;
- Garantir a frequência mínima de 85% das crianças de 6 a 15 anos nas aulas a cada mês;
- Garantir a frequência escolar mensal mínima de 75% dos adolescentes de 16 a 17 anos;
- Informar à escola quando o aluno necessitar faltar, e explicar o motivo;
- Informar ao gestor do Programa Bolsa Família sempre que algum aluno mudar de escola, para que os técnicos da prefeitura possam continuar acompanhando a frequência escolar desses alunos (BRASIL, 2008, p. 22).

Na área da assistência houve a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹² ao Programa Bolsa Família.

¹² O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa de concessão de bolsa e oferecimento de ações sócio-educativas a crianças e adolescentes em situação de trabalho, com idade inferior a 16 anos, tendo por objetivo, erradicar todas as formas de trabalho infantil no país e resgatar a cidadania dos usuários com inclusão social das famílias”. (SILVA, 2008, p.108).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2006), menciona sobre a importância dos beneficiários em participar de ações sócio educativas e de convivência e estas devem ser acompanhada pelas equipes de saúde, educação e dos trabalhadores sociais” (assistente social, psicólogo e demais trabalhadores sociais) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Torna-se necessário esclarecer que o CRAS é uma unidade pública estatal mantido por verbas do Governo Federal e Municipal, e que encontra-se direcionada às áreas de maior vulnerabilidade social todas as suas ações estão voltadas para o fortalecer os vínculos familiares, comunitários e promover a inclusão dos cidadãos nas políticas públicas visando a diminuição dos riscos sociais.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2005), o CRAS está para a Assistência Social assim como a escola para a educação e a unidade de saúde para com a política de saúde.

É no CRAS que as famílias fazem a sua inscrição no programa Bolsa Família, através do preenchimento do CADÚNICO, e buscam esclarecimentos sobre a forma de inscrição, documentação necessária para o cadastramento, bem como, das dúvidas que possam surgir no percurso do recebimento do benefício.

Voltamos a enfatizar que foi dentro do próprio CRAS que a respectiva pesquisa com as famílias inscritas no Programa Bolsa Família surgiu, principalmente despertando a curiosidade da pesquisadora em investigar o significado da escolaridade, a participação, as necessidades básicas, as prioridades e o papel da escola no olhar desse público alvo.

2.4. FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Neste item procura-se apresentar aspectos ligados quanto à família, seu contexto histórico, as transformações ocorridas quanto à organização familiar, e assim como conceitos, significados, estrutura, crenças, valores e sentimentos que

permeiam a vida familiar. Enfatiza-se ainda que, a pesquisa bibliográfica teve como eixo norteador as famílias em situação de pobreza no Brasil.

Posteriormente apresenta-se a Família e a Escola como espaços de educação e um breve olhar sobre a Psicologia Social Comunitária.

2. 4.1. CONHECENDO A FAMÍLIA DE HOJE

O trabalho com famílias em situação de pobreza permitiu para a pesquisadora identificar e refletir aspectos que no cotidiano tão atribulado, passam despercebidos. A pesquisa permitiu um novo olhar e a busca de significados antes não questionáveis, como por exemplo, o que caracteriza uma família como “pobre”? Como sobrevivem? São pobres por falta de recursos econômicos? O que almejam para sua vida?

De primeiro momento quando se desenvolve um trabalho com estas famílias, e ao observar o contexto no qual as famílias estão inseridas certamente a resposta é a escassez de recursos, outro ponto é que se encontram dentro de um sistema de desigualdade e má distribuição de renda.

Porém existe algo além, que só se percebe através de um acompanhamento e de um trabalho social, presenciando-se além da ausência de renda, que a pobreza atua diretamente no enfraquecimento dos vínculos sociais e de um sentimento de inferioridade.

Estes sentimentos fazem que as famílias em situação de pobreza tenham uma identidade de subalternidade, que não são capazes e que se encontram fardadas a uma vida de sofrimento e de limitações.

Na sociedade moderna, as famílias em situação de pobreza são diferenciadas por estarem excluídas da força de trabalho, além de sofrer discriminação moralista e preconceituosa.

Quando falamos sobre famílias, é necessário fazer um breve resgate histórico sendo o tema parte integrante de um conjunto histórico, político, cultural e econômico. A família é fruto da história humana, e como tal está sujeita às suas determinações e transformações.

Foram vários os modelos familiares que percorreram a nossa história e que tentaram alcançar sua legitimação, desde a época primitiva até os dias atuais.

Na visão contemporânea, a família era um grupo constituído de pais e filhos e que se separavam da sociedade de maneira isolada, no Brasil colonial o modelo de

família era o patriarcal que estava ligava nos interesses econômicos, não se casava por interesse afetivo e sim na tentativa de se aumentar a riqueza e o poder.

Paralelamente existiam as famílias dos escravos que chegavam ao Brasil desfragmentado, devido ao tráfico.

A família passa por transformações relacionadas com o capitalismo que traz a separação da produção social, quebrando os laços unitários que uniam em uma esfera o trabalho e atividade social. Nesse contexto, cabe ao homem a esfera pública e a mulher a esfera privada, onde as regras impostas pela divisão sexual do trabalho, levando a transformação do modelo familiar imposto, bem como as suas funções.

A família na sociedade capitalista é definida como unidade de consumo, pois gasta e compra, e é unidade de produção, pois ela produz os seres humanos que irão formar e desenvolver a força de trabalho.

O modelo da família nuclear insere-se em um contexto funcional e estruturalista, onde a sociedade é considerada um sistema equilibrado, e como tal, seus componentes desempenham funções colaborando para o perfeito equilíbrio da sociedade.

Esse pensamento da família ideal não permite uma análise crítica da realidade, pelo contrário, qualquer arranjo que contrarie esse modelo passa a ser considerada como “desorganizada” ou “desestruturada”. E como ficam as famílias que devido ao desemprego, violência, alcoolismo, novos padrões culturais, valores entre outros, tem a sua estrutura familiar diferente ao “padrão” exigido pela sociedade?

A família não é vista apenas como um elo efetivo intenso aos em situação de pobreza, mas como:

(...) núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. (...) a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo (SARTI, 2007, p. 53).

Baseada na reflexão de SZYMANSKI (2009, p.17), a família, não deve ser vista somente como um lugar de vivência, “mas como uma das instituições que

assumem a tarefa educativa que lhes é outorgada pela sociedade devendo, portanto, receber apoio para o desempenho dessa função”.

Não podemos pensar que os novos arranjos familiares se constituem em famílias certas ou erradas, mas compreendê-las pelas relações afetivas e os valores que estão impregnados na estrutura familiar.

A família se constitui e se conhece no dia-a-dia, e corriqueiramente são formadas pela presença da figura da mãe e dos filhos. A figura da família nuclear, anteriormente formada pela presença do pai, mãe e filhos, hoje não é característica majoritária.

Em algumas famílias a mulher é que assume como “chefe”, e como tal é responsável pela manutenção, educação e sustento da família. A situação de pobreza (união instáveis, empregos incertos, instabilidade estrutural do mercado de trabalho), ajuda a explicar as rupturas conjugais, fazendo com que a mulher assuma a responsabilidade econômica do lar.

Porém quando a figura do homem se faz presente no contexto familiar, é este que tem a posição de hierarquia e de destaque como mantenedor e que impõem respeito por sua figura masculina e autoritária.

Os homens têm expectativas em relação a seu próprio desempenho, onde tentam manter a auto-imagem diante das frustrações. Diante das regras implícitas de convivência diária “percebe-se a demarcação da hierarquia familiar, reafirmando as fronteiras entre o masculino e o feminino e conferindo ao homem um lugar de autoridade na família que ele, trabalhador e pobre, não encontra no mundo da rua” (SARTI, 2007, p. 61).

Para a mulher no seu desempenho como boa dona de casa fica a responsabilidade de administrar o pouco dinheiro, controlando e estabelecendo prioridades nos gastos na tentativa de driblar as despesas.

Os papéis familiares complementam-se para realizar aquilo que importa para os pobres, ‘repartir o pouco que se têm’. Isso, entretanto, não se limita à família. Na mesma medida em que a alimentação é a prioridade dos gastos familiares, oferecer comida é também um valor fundamental, fazendo os pobres pródigos em oferecê-la (SARTI, 2007, p. 61).

A ausência do ter o que comer significa não a privação do bem material mas talvez também do enfoque da moral, em possuir algo para dividir com os outros, ter pouco mas dividir com os outros, SARTI (2007, p.62), aborda muito bem esse pensamento: “repartir o pouco que se tem”, e também da necessidade de exibição de um bem tão fundamental, cuja ameaça de falta paira sempre no ar”.

A casa é o lugar onde se realizam os planos de se ter uma família, possibilitando a concretização dos papéis centrais na organização familiar o de pai prover teto e alimento da família, o qual, para ele é motivo de orgulho e o da mãe dona de casa. Porém, esse padrão ideal do homem provedor não basta para ele compor a autoridade paterna mesclando-se com a necessidade de ter caráter e moral dentro da casa.

A casa é incorporada como sendo domínio da mulher e a família do homem, assim, casa e família, mulher e homem, estabelecem complementaridade, porém hierárquico, o homem é considerado chefe da família e a mulher chefe da casa.

A família excede as fronteiras da casa, envolvendo uma rede de parentesco mais ampla, sobre tudo, quando se frustram as esperanças de ter uma casa onde realizam os papéis masculinos e femininos.

Neste momento torna-se necessário lembrar que as mudanças aparentes nas estruturas familiares, se estendem no espaço além das quatro paredes de uma casa, ou seja:

É também possível encontrar diversos núcleos familiares repartindo comida. Até os mais pobres, que não têm geladeira, são capazes de chamar os outros moradores do pátio ou do beco para comerem juntos quando recebem doação de carne ou outra comida que estraga (Jardim, 1998). Nesses casos, é difícil definir exatamente quais são os limites da própria unidade doméstica (FONSECA, 2005, p.53).

Quando abordamos sobre o assunto da casa é interessante comentar sobre a estrutura habitacional em que as famílias em situação de pobreza vivem. Muitas residem em locais de difícil acesso permeado por pontes improvisadas, sem saneamento básico e/ou infra-estrutura adequada. Vivem em vielas estreitas que não permitem o acesso de veículo, nem mesmo em situação emergenciais (caminhão de bombeiros ou de ambulância).

A falta de coleta de lixo permite o acúmulo de detritos em grande quantidade e além do perigo das doenças outro fator existente é que muitos residem em lugares “não edificáveis” em costas de morros e beiras de rio, o que os expõem a riscos e situações de vulnerabilidade constante.

Outro ponto é que a família para os mais empobrecidos esta associada à confiança, como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a expansão da família entre os pobres é a rede de obrigações e retribuição que se estabelece.

Para as famílias em situação de pobreza existe uma rede de obrigações que se cria o que se comprova na citação:

Como não há *status* ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são *da família* aqueles *com quem se pode contar*, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá aqueles, portanto, para com quem se tem *obrigações* (SARTI (2007, p. 85).

A união de um casal seja ele pelo casamento, união estável ou concubinato é o primeiro passo para se construir uma família. É por intermédio dessa união que são formulados os projetos de vida.

Quando o homem não assume sua parte, cabe a mulher assumir sozinha o filho, criá-lo significa a prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta através do trabalho as conseqüências de seus atos se mostrando honrada perante o homem.

Os casos de instabilidade familiar, por reparações e mortes, somada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições publicas que supram de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família esta envolvida.

E neste contexto que se almeja uma família harmoniosa, um futuro promissor, sem dificuldades econômicas, de relacionamento que acabam se distanciando do sonhado, o que segundo estudos de SZYMANSKI (2009), caracteriza-se pela “família vivida” da “família pensada”.

A família vivida “se manifesta como uma solução, isto é, como caminhos que vamos escolhendo diante das situações que se nos vão apresentando (situações que, na maioria, são conseqüências de nossas escolhas prévias” (SZYMANSKI,

2009, p. 63). E a família pensada, “parecia ser a certa, a boa, a desejável” (SZYMANSKI, 2009, p. 53).

2. 4.2. A FAMÍLIA E A ESCOLA COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO

Ao refletirmos sobre o tema educação e qual o seu significado na sociedade, seu conceito se identifica em um processo de desenvolvimento contínuo que iniciamos desde o momento em que nascemos, crescemos e até mesmo quando morremos. A vida é um constante aprendizado, e a educação “participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades” (BRANDÃO, 2008, p. 11).

A família é o primeiro grupo social a que pertencemos e segundo LANE “é o grupo necessário para garantir a sobrevivência do indivíduo e por isto mesmo tende a ser vista como ‘natural’ e ‘universal’ na sua função de reprodução dos homens” (LANE, 2006, p. 40).

A família exerce ação socializadora na formação da personalidade da criança e do jovem, sendo que nesse processo encontramos a socialização primária que é aquela que aprendemos em nossa infância e a secundária é “aquela que ocorre posteriormente e que leva a interiorizar setores particulares do mundo objetivo da sua sociedade” (OLIVEIRA, 2003, p.66), é a ação que acontece durante toda a vida.

A educação aparece quando surgem formas sociais de condução e controle no ensinar e aprender, em tempos remotos e conteúdo cultural era pequeno, o qual não necessitava de um local especializado para repassá-lo de geração para geração. Porém, gradativamente, à medida que os conhecimentos foram aumentando e se tornando cada vez mais complexos, a sociedade passou a exigir pessoas aptas para transmitir esses conhecimentos. O resultado foi o aparecimento das escolas, cujo objetivo é realizar de forma sistemática a educação.

Tanto a educação como a família apresentam-se de forma institucionalizada, com princípios, normas, direitos e deveres que segundo LANE (2006, p.46):

são definidos pelo Governo a fim de garantir que, em todos os seus níveis, ela reproduza conhecimentos e valores necessários para a transmissão harmoniosa da cultura, produzida por gerações anteriores, para as novas, garantindo o desenvolvimento de novos conhecimentos, necessários para o progresso do país.

Define-se como educação, segundo o FERREIRA através do Mini Dicionário de Língua Portuguesa (1993, p. 197) “ato ou efeito de educar-se; processo de desenvolvimento de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; civilidade, polidez”.

Já, o conceito sociológico de educação, apresentando por OLIVEIRA (2003, p.11), indica que a educação é uma das atividades básicas de todas as sociedades humanas, “sendo o processo pelo qual a sociedade procura transmitir suas tradições, costumes e habilidades, isto é, sua cultura aos mais jovens”.

Neste raciocínio, a educação como transmissão de cultura apresenta-se como: assistemática e sistemática. Sendo, a educação assistemática a que se realiza sem qualquer plano, hora ou local determinado para acontecer, e que toda a sociedade participa dessa educação.

Já, a educação sistemática é aquela que “visa apenas à transmissão de determinados legados cultural, isto é, de determinadas ciências, técnicas ou modos de vida” (OLIVEIRA, 2003, p.14). Portanto, a educação sistemática se faz na escola.

No que consiste a escola afinal? Poderíamos descrever como um local onde se ministra a educação através de coletivos e que tem como objetivo o repasse de informações através de gerações.

A escola é um grupo que segundo OLIVEIRA (2003, p.106):

A escola é o grupo instituído especificamente com o objetivo de transmitir a herança cultural da sociedade. A escola é um grupo de cooperação, constituído de uma maioria de jovens e uma minoria de adultos, representando, respectivamente, o corpo discente e o corpo docente e administrativo. É um grupo instituído porque é instalado por outros grupos que são mais ou menos alheios à intimidade de seu processo educativo. (...) A escola funciona como aparelho ideológico do Estado. É através da escola que mais efetiva e organizadamente a ideologia dominante é transmitida .

A escola tem um papel fundamental no processo de organização das sociedades desenvolvidas, nas quais a falta e a deficiência de escolarização do povo constituem indicadores de atraso.

Nas primeiras décadas deste século, políticos e educadores liberais trouxeram idéias novas para a educação no país. Entre outras coisas eles começaram a falar de uma escola mais dirigida à vida de todo dia e mais estendidas a todas as pessoas, ricas ou pobres. A luta pela democratização do ensino resultou no direito de estudar para todas as pessoas, através de escolas gratuitas.

Com a implantação da Política Educacional se reconhece a garantia do direito à educação para todos, mas não somente o acesso às vagas, mas sim o direito a gratuidade, permanência e inclusão, além da qualidade.

Neste contexto, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, surge para propor novos caminhos à educação, que em seu TÍTULO I, art. 1º explicita que,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2008, 27/08/2008).

A igualdade de oportunidade não é um objetivo ao alcance da escola, o desafio é atenuar, em parte os efeitos da desigualdade e preparar o indivíduo para lutar e se defender no cenário social.

Expõe-se que a desigualdade social se faz presente diante dos índices de reprovação nos primeiros anos de escola, na seleção que se faz entre os que vão para os cursos superiores e os que só terão acesso aos cursos técnicos ou de aprendizagem manual.

A escola pública é sem dúvida gratuita, mas se convive com taxas extras, o material escolar e o transporte são caros, o uniforme é obrigatório, entre outras coisas, que acabam tornando o gasto com a escola pesado demais para as famílias de baixa renda.

Quanto ao ambiente social e cultural de que as crianças/adolescentes de famílias de baixa renda participam é outro fator que deve ser considerado e levantando, pois são comuns as crianças provenientes da classe média intelectualizada possuir um código de linguagem mais elaborado do que as provenientes das camadas sociais mais baixas, que possuem um código de linguagem restrito.

De acordo com OLIVEIRA (2003, p.125):

As crianças culturalmente marginalizadas, que provem de lares economicamente desfavorecidos, nascem e crescem em ambientes que não lhes proporcionam a estimulação e o treinamento que seriam necessários para seu bom desenvolvimento social e intelectual.

Em função da origem social, as crianças de famílias de baixa renda, freqüentam escolas pobres, mal servidas de pessoal e material didático, e, quando saem da escola, o mercado de trabalho atual oferece postos de diferentes produtividades e ganhos para o mesmo nível educacional.

O peso de fatores extra-escolares faz com que as crianças cheguem à escola com capitais culturais diferentes, ou seja, com conhecimentos, habilidades e atitudes já influenciados pelo meio social em que vivem e pelos bens culturais de que dispõem ou não (livros, revistas, máquinas, material escolar, etc). Assim, em grande parte, o rendimento escolar está ligado às condições materiais de vida OLIVEIRA (2003, p. 127).

Sobre a trajetória educacional e ocupacional das pessoas a classe social de onde as crianças/adolescentes provêm, é uma variável que explica que a desigualdade existe antes mesmo do ingresso na escola, durante a permanência nela e depois da saída.

A criança e o adolescente de famílias de baixa renda são educados de forma a considerar a escola como um lugar onde só permanecem quando se é obrigada pela lei ou, pela família, quando, então, deve sair para conseguir um emprego. Para estas famílias, as ocupações profissionais às quais almejam não exigem muito em termos de escolaridade. Entende-se por escolaridade, o cumprimento de um determinado ciclo de estudo. Se um indivíduo completou todos os anos de um ciclo e for aprovado, diz-se que este obteve o grau de escolaridade do ciclo em questão.

Com intuito de contribuir no orçamento familiar os filhos oriundos de famílias de baixa renda acabam exercendo um trabalho cotidiano, durante uma parte do dia. O ingresso precoce no mercado de trabalho é geralmente acompanhado de evasão escolar.

Os números da evasão escolar entre jovens, de acordo com dados do Censo Escolar do Ministério de Educação e Cultura (MEC)¹³, de 2007, dos 3,6 milhões de jovens que se matriculam no ensino médio, apenas 1,8 milhão concluem esse nível. A taxa de abandono é de 13,3% no ensino médio contra 6,7% de 5ª a 8ª série e 3,2% de 1ª a 4ª série.

Assim, em vez de a educação ser interpretada como um fator econômico e propulsor na escala social, o que é verdade para a criança de classe média, não

¹³ Maiores informações <http://educarparacrescer.abril.com.br>

ocorre para as crianças e principalmente para os adolescentes (entre os seus 13 e 15 anos) de baixa renda, onde a escola é vista como um obstáculo para conseguir uma ocupação mais rendosa na vida.

A baixa escolaridade impede que muitos saiam da pobreza. E, o que torna-se pior, permite que a pobreza seja transmitida de pai para filho. Isso quer dizer que os filhos de pais em situação de pobreza têm mais chances de continuarem pobres.

Quanto à escolarização dos pais pertencentes às classes médias e altas estes possuem um maior grau de escolaridade do que os pais que pertencem às classes de baixa renda. Considera a educação como elemento de mudança social e necessária para manterem-se na condição social em que se encontram. Trabalha em profissões onde a educação é necessária e onde a capacitação, o aperfeiçoamento é motivo de ascensão profissional.

O aumento dos anos de estudo, além de contribuir para ampliar os rendimentos, estimula as pessoas a sonharem e a projetarem suas vidas.

Outra questão bastante importante que merece ser refletida é a maneira pela qual ocorre a participação dos pais na escola. Em sua maioria ocorre a participação através de festas, datas comemorativas, reuniões que tratam dos problemas indisciplinares ou a solicitação de trabalhos voluntários.

Detecta-se que a integração entre a família e escola não ocorre de maneira politizada¹⁴, uma vez que a família não é convidada a participar da tomada de decisões frente ao projeto político pedagógico da escola, de seus objetivos. O modelo de participação se faz de maneira centralizada onde não oferece meios de questionamentos, é uma participação poderíamos dizer de forma inquestionável, onde as decisões são tomadas sem ter o envolvimento ou participação dos maiores interessados, a família.

A participação dos pais deveria ser de forma mais efetiva junto ao processo educacional de seus filhos, a importância que os pais têm é representativa e muito significativa, pois se estabelece um vínculo entre a comunidade e a escola. Pois assim como a escola, a família também faz parte da comunidade e unidas poderão

¹⁴ Quando nos referimos ao termo “politizada” gostaríamos de enfatizar que além do exercício do voto, há outras maneiras de atuar politicamente. Fazer política é participar da vida da comunidade, do bairro, da escola. Ser politizada é interessar-se pelos problemas do Brasil e também pelos problemas da escola e da comunidade. Fazer política é preocupar-se com os problemas do grupo e da sociedade.

somar forças, tanto para controlar e cobrar o poder público como galgar melhores condições de vida.

A escola precisa estabelecer um contato efetivo com os pais, com o intuito de conquistar as famílias e fazer com que sejam aliadas na aprendizagem das crianças.

Nesta parceria todos sairiam ganhando, a família, a escola e a comunidade!

2. 5. O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Qual é a relação existente entre família, educação e Psicologia Social Comunitária? Poderíamos citar que o homem e suas relações sociais são os pontos norteadores dessa indagação.

Partimos do conceito de família que

(...) não é algo natural, biológico, mas uma instituição criada pelos homens em relação, que se constitui de formas diferentes em situações e tempos diferentes, para responder às necessidades sociais (REIS, 2006, p.102).

A educação é um fato social,

que visa a transmitir ao indivíduo o patrimônio cultural para integrá-lo à sociedade e aos grupos que a constituem; visa, (...) a socializar, a ajustar os indivíduos à sociedade e, ao mesmo tempo, a desenvolver suas potencialidades e as da própria sociedade (OLIVEIRA, 2003, p.11-12).

Já, a Psicologia Social Comunitária, enfatiza FREITAS,

utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando, para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos (FREITAS (b), 2007, p.73).

Outro fator que merece destaque é que tanto a família, a escola e a psicologia social comunitária fazem parte de uma comunidade e não de uma unidade isolada.

A criança aprende por meio da família e da comunidade, e leva para a escola grande parte destas atitudes, crenças e expectativas. Assim como, a escola deve

proporcionar atitudes e ações que proporcionem ao aluno integrar-se na comunidade, criando atitudes de interesse e dedicação às questões comunitárias.

A escola é parte integrante de uma comunidade assim como a comunidade exerce uma ação contínua sobre a escola. Para SAWAIA (2007, p. 50) “Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo.”

Quando abordamos sobre comunidade, torna-se interessante fazer um breve resgate histórico onde o trabalho a ser desenvolvido tem sempre o mesmo público alvo: as camadas populares onde a miséria e a injustiça se fazem presentes.

Dentro desse enfoque é que trazemos a Psicologia Social Comunitária como ciência que estuda os processos humanos em comunidade, as atividades, os sentimentos e os valores em seu cotidiano.

A Psicologia Comunitária por CAMPOS (2007, p.11) que cita GÓIS (1993), define como:

uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e da comunidade (...) Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito.

Para entendermos a Psicologia Social Comunitária, nos reportamos para a década de 60, que segundo FREITAS (2007b, p.58), presencia-se “um grande movimento de participação e reivindicação populares”.

A Psicologia Social Comunitária surge da problematização da vida dos brasileiros, e sua origem remonta à década de 60, não com esse nome, mas por meio de diversas concepções e práticas de Psicologia existentes nos movimentos comunitários de saúde e de educação.

No percurso histórico da Psicologia Social Comunitária, não foram somente os psicólogos que estavam comprometidos com a realidade das pessoas, encontramos protagonistas de extrema importância, principalmente na educação popular, como é o caso do educador Paulo Freire, que se destaca na proposta política pedagógica de transformação social através da alfabetização. “Ninguém

educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p.78).

A educação segundo a proposta de Paulo Freire, abordado por PINTO (1993, p.49), “deve visar à transformação da nação atrasada em progressista”.

Segundo GÓIS:

a construção da Psicologia Comunitária em nosso País se baseou em modelos teóricos e práticos da Psicologia Social integrados, principalmente, a modelos da Sociologia, da Educação Popular e da Ecologia. Assim como a Psicologia Social, esses modelos, também buscavam uma maior compreensão do papel da ideologia e do Estado nas relações econômicas sociais e humanas, papel esse no sentido de reforçar concepções e práticas assistencialistas e de controle social, comuns na ação governamental, nos serviços sociais e, inclusive, em muitos dos programas de extensão universitária (GOIS, 1993, p. 285).

Um dos principais objetivos da Psicologia Social Comunitária de acordo com MONTERO (2003), é que o poder e o controle devem centralizar-se na comunidade, onde :

es catalizar la organización y las acciones necesarias para que la comunidad use sus recursos, reconozca y emplee el poder que tiene, o bien busque otros recursos y desarrolle nuevas capacidades, generando así el proceso desde sí misma (MONTERO, 2003, p.35)

Nos anos 90, explica FREITAS que “presencia-se a expansão dos trabalhos dos psicólogos junto aos diversos setores e segmentos da população. (...) passa-se a ouvir, (...), a denominação de psicologia da comunidade” (FREITAS (b), 2007, p.69).

A Psicologia Social Comunitária volta-se para a população mais pobre, “(...) para o desenvolvimento humano e a mudança sócio-política de uma realidade psicossocial caracterizada por relações de dominação e de exclusão social.

Partindo do pensamento de Martín-Baró (1998, p. 88)” La cultura de la pobreza es algo más que la pobreza; es un estilo de vida que florece en un determinado contexto social. De hecho, ‘la cultura de la pobreza constituye tanto una adaptación como una reacción de los pobres hacia su posición marginal en una sociedad estratificada en clases, muy individualista y capitalista”.

Atualmente a Psicologia Social Comunitária apresenta características as quais são abordadas por FREITAS (2007 (b), p.74):

a) os trabalhos na área perderam o caráter de clandestinidade; b) abertura do Estado à problematização e à participação social, inclusive dos profissionais de diversas áreas; c) a proximidade do profissional de psicologia junto à população mais pobre; d) busca de novos modelos teóricos oriundos de uma psicologia social crítica.

Nos dias de hoje os trabalhos comunitários continuam a fazer parte do cenário brasileiro, principalmente as famílias de extrema pobreza que constituem a agenda do Governo Federal, sendo as políticas sociais caracterizadas por um conjunto sistemático de princípios, diretrizes e normas, assumidas pelo Estado para a condução de suas ações diante da problemática social.

Dentro desse contexto são inúmeros os projetos e programas sociais que surgem com o intuito de amenizar ou erradicar a pobreza, como o Programa Bolsa Família, que faz parte desta pesquisa.

2.5.1. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

A Psicologia Social Comunitária assim como as demais Ciências Sociais utilizam-se do materialismo histórico e da lógica dialética para encontrar

os pressupostos epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações que define cada indivíduo (LANE, 2006, p. 16).

A meta da Psicologia Social é o indivíduo concreto, inserido em um contexto histórico e social que através de um exame parte do aparente para o concreto necessitando de categorias para a compreensão desse indivíduo.

Para LANE (2006), o homem não pode ser visto como um ser isolado, pois está inserido em um contexto e faz parte de uma história, sendo o mesmo produto e produtor.

Portanto,

Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social (LANE, 2006, p. 15).

A autora é clara quando menciona a necessidade de uma nova dimensão espaço-temporal para se aprender o indivíduo como um ser concreto, um ser de ação. Relata ainda que, das críticas feitas, conceitos e definições em nada contribuíam para a prática psicossocial, o que sinalizava a necessidade de categorias baseadas a partir do empírico.

Enfatiza ainda que, a partir de críticas à psicologia social “tradicional” dois fatos fundamentais para o conhecimento do indivíduo se fizeram presentes:

1) o homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens, portanto a dicotomia Indivíduo X Grupo é falsa – desde o seu nascimento (mesmo antes) o homem está inserido num grupo social - ; 2) a sua participação, as suas ações por estar em grupo, dependem fundamentalmente da aquisição da linguagem que preexiste ao indivíduo como código produzido historicamente pela sua sociedade (langue), mas que ele apreende na sua relação específica com outros indivíduos (parole). Se a língua traz em seu código significativos, para o indivíduo as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significativos (LANE, 2006, p. 16).

As categorias fundamentais encontradas junto à Psicologia Social são: Atividade, Consciência (alienação) e Identidade, que só são possíveis por meio da mediação da representação social (linguagem, pensamentos e emoções).

A atividade é a unidade básica fundamental da vida do sujeito material, ou seja, é a prática humana. Para existirmos precisamos atuar sobre o mundo, transformando-o de acordo com as nossas necessidades.

De acordo com LANE (2006, p.16):

atividade implica ações encadeadas, junto com outros indivíduos, para a satisfação de uma necessidade comum. Para haver este encadeamento é necessária a comunicação (linguagem) assim como um plano de ação (pensamento), que por sua vez decorre de atividades anteriormente desenvolvidas.

Portanto, ao pensarmos sobre a atividade que estamos executando resulta em repensar as ações,

ter consciência de si mesmo e dos outros envolvidos, refletirem sobre os sentidos pessoais atribuídos às palavras, confrontá-las com as conseqüências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social, e nesta reflexão se processa a consciência do indivíduo, que é indissociável enquanto de si e social (LANE, 2006, p.16-17).

Quanto à consciência do homem é produto das relações sociais que os homens estabelecem.

Para a Psicologia Social e também para a Psicologia Social Comunitária é a tomada de consciência da realidade imediata que leva a uma ação transformadora, pois é a partir do momento que a pessoa começa a refletir sobre a sua história, seu meio, e principalmente como sujeito e transformador de sua própria vida.

Para FREIRE:

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe social explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta (FREIRE, 2005, p. 109-110).

Quanto à alienação esta se caracteriza pelo processo de naturalidade das coisas que acontecem tudo é natural, tudo é como manifestação da natureza.

Seguindo o pensamento de LANE (2006, p.42), “a questão da alienação – consciência só poderá ser analisada, no plano individual, enquanto processo que envolve, necessariamente, pensamento e ação, mediados pela linguagem – produto e produtora da história de uma sociedade”.

A identidade para CIAMPA (2006, p.74):

é constituída pelos diversos grupos de que faço parte (...) contudo é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo. (...) nos somos nossas ações”, (CIAMPA, 2006, p.64) e, identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o um e um outro, para que cheguemos a ser Um, numa infindável transformação.

Para a Psicologia Social, a identidade é uma transformação mútua, sendo o homem processo dá sua vida cotidiana.

Outra categoria de grande significado para a Psicologia Social Comunitária são as representações sociais (linguagem, pensamentos e emoções).

Segundo Malrieu, citado por LANE (2006, p.35):

a representação social se constrói no processo de comunicação, no qual o sujeito põe a prova, através de suas ações, o valor – vantagens e desvantagens – do posicionamento dos que se comunicam com ele, objetivando e selecionando seus comportamentos e coordenando-os em função de uma procura de personalização. Desta forma, a representação social se estrutura tanto pelos objetivos da ação do sujeito social como pelos dados que concordam ou se opõem a eles.

A linguagem, enquanto produto histórico traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal é veículo da ideologia do grupo; enquanto para o indivíduo é também condição necessária para o desenvolvimento de seu pensamento.

Portanto, a Psicologia Social Comunitária busca comprometer-se com o fortalecimento da identidade e com a conquista da autonomia do sujeito, visando sempre a sua transformação social na direção da construção de uma sociedade mais digna e justa.

Concluimos com FREITAS:

A psicologia social comunitária defende que para a construção de um projeto de sociedade digna, necessário faz-se fortalecer, também as redes de solidariedade e de cumplicidade para com a justiça e a vida, materializando-se nas diferentes dimensões da vida cotidiana, privada e pública (Freitas, 2005, 2006, prelo). Refere-se a uma educação cidadã e comunitária em que os eixos norteadores são a participação guiada pelo sentimento de indignação diante da injustiça que orienta ações pró-solidariedade (FREITAS (a), 2007, p. 63).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é base de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório tendo como instrumental a entrevista semi estruturada.

A pesquisa qualitativa permite analisar o significado da educação para as famílias em situação de pobreza inscritas no Programa Bolsa Família, através de dados empíricos e da realidade concreta.

Isso significa que, todos os participantes da pesquisa são reconhecidos como sujeitos e que produzem conhecimento, pois é característica da pesquisa qualitativa a valorização do processo e não apenas o resultado.

O ponto de partida teve como eixo norteador a questão de pesquisa: **Qual é a importância da escolaridade e da educação aos olhos das famílias inscritas no Programa Bolsa Família?**

De primeiro momento foi realizado revisão de literatura, e em seguida a elaboração de uma entrevista, que foi denominada como “estudo piloto”.

O roteiro de entrevista foi elaborado e submetido à apreciação da orientadora da pesquisa e aplicado pela pesquisadora.

Em todas as abordagens a pesquisadora esclareceu sobre o sigilo dos dados, o motivo da pesquisa e da inviabilidade de prejudicar qualquer um dos pesquisados.

Para a realização das entrevistas foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Vide APÊNDICE 1). Uma cópia desse documento encontra-se com a pesquisadora.

A aplicação do “estudo piloto” mostrou-se essencial e de grande importância para a pesquisadora, pois através deste é que foi possível uma re-elaboração do roteiro de entrevista, o tempo de duração, local e ambiente, assim como das dificuldades encontradas na execução da pesquisa.

A entrevista “estudo piloto” foi transcrita na íntegra e reestruturada posteriormente visando atender os critérios de validade e captação dos dados, passando a ter uma versão definitiva (Vide APÊNDICE 2).

A coleta de dados da pesquisa se efetuou em quatro etapas, sendo a primeira através do estudo piloto e as demais entrevistas foram executadas em outros Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dentro do próprio Município da

Grande Curitiba, no período da manhã e da tarde, em sala individualizada. Os sujeitos foram escolhidos partindo dos seguintes critérios: sexo feminino, inscrita no Programa Bolsa Família, ensino fundamental incompleto e com filhos em idade escolar. O critério utilizado para definir sobre o gênero a ser pesquisado baseou-se nas orientações do próprio Programa Bolsa Família que dá prioridade que o cadastro seja efetuado em nome da mulher.

No caso em concordância a entrevistada assinava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, onde foram orientados sobre a finalidade da pesquisa e garantias quanto ao sigilo e da possibilidade de retirar o consentimento a qualquer momento, sem causar qualquer penalidade ou prejuízo a entrevistada.

3.1. Delimitação da Amostra:

3.1.1. Campo de estudo:

A pesquisa de campo com as famílias inscritas no Programa Bolsa Família foi desenvolvida num Município da Grande Curitiba, que segundo levantamento efetuado pelo IBGE/2007, 233.916 mil habitantes, sendo a 8ª Cidade do Estado do Paraná.

O motivo que incentivou a escolha do referido Município foi o acesso aos dados reais sobre o funcionamento do Programa Bolsa Família, tendo em vista ser nele que a pesquisadora desenvolve atividades há dois anos na Gestão Pública Municipal.

As entrevistas foram realizadas dentro do cotidiano profissional da pesquisadora, sendo este um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Como já foi citado anteriormente, “o estudo piloto” realizou-se no local de trabalho da pesquisadora, porém por indicação da orientadora da pesquisa optou-se em executar as entrevistas em outros Centros de Referência da Assistência Social existentes no próprio município da Grande Curitiba.

Foram escolhidos dois (02) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que mais apresentam famílias inseridas no programa Bolsa Família. Tal informação foi pesquisada junto ao Gestor do Programa do Município.

As entrevistas foram realizadas em três dias alternados respectivamente no período da manhã e da tarde, em sala individualizada e disponibilizada pelo CRAS e autorizado pela Secretaria de Ação Social e Trabalho de um Município da Grande Curitiba.

3.1.2. Seleção dos participantes:

Para a realização da pesquisa foram designados dois critérios com o intuito de selecionar os participantes: o titular da inscrição do Programa Bolsa Família, do gênero feminino e com filhos em idade escolar.

Esclarecemos que o gênero feminino foi delimitado e baseado nas regras que regem o referido programa, Decreto nº 6.135 de 26/06/2007, art.6º o cadastramento de cada família será vinculado o seu domicílio e a um responsável pela unidade familiar, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher.

Foram realizadas 16 entrevistas.

3.1.3. Procedimento de coleta de dados:

As entrevistas foram executadas de forma individual e do tipo semi-estruturada com perguntas abertas e fechadas.

Através das questões investigaram-se o significado da escola, importância da escolarização, o papel da família, participação dos pais na educação de seus filhos, concepção do programa bolsa família, despesas mensais x benefício, condicionalidades do programa, bolsa família e escola.

O registro das entrevistas ocorreu por meio de gravação com o intuito de não perder a integridade das informações, com duração em torno de 10 a 25 minutos.

3.1.4. Análise dos dados coletados:

Após organizar as informações obtidas nas entrevistas, estas foram transcritas na íntegra, onde teve início a análise de conteúdo, escolhida por ser um método que permite analisar textos escritos, ou qualquer meio de comunicação, seja oral ou gestual, que constem a um texto ou documento.

Portanto, é através da análise de conteúdo, que encontramos respostas para as questões formuladas e também confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação.

Na análise de conteúdo, podemos ainda decompor um texto em unidades ou em categorias. As categorias são escolhidas pelo pesquisador, no momento de expressar significados apresentados nas mensagens.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os dados foram compilados em quatro quadros acompanhados de uma descrição e indicação dos aspectos principais de seus significados

São feitas algumas considerações a respeito do papel da família e suas relações com o bolsa família e com a educação, na perspectiva das mães entrevistadas.

4.1. ENTREVISTA COM AS TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

4.1.1. Caracterização das participantes da pesquisa

O Quadro nº 1 apresenta o perfil das entrevistadas sendo que a amostra constitui-se de 16 pessoas do sexo feminino. Tal escolha justifica-se, devido ao Programa Bolsa Família priorizar a mulher como titular da inscrição/benefício. Além disso, o quadro mostra o local de nascimento, estado civil, situação no mercado de trabalho, a renda e questão habitacional.

Assim, se observa que as mulheres são naturais do Interior do Estado do Paraná, sendo 06 casadas, 04 solteiras, 02 separadas, 02 divorciadas, 01 solteira com companheiro, 01 viúva com companheiro.

Neste momento é importante ressaltar que com o aumento das uniões consensuais em relação ao casamento legal, as entrevistadas mesmo que se denominando casadas, podem não ser perante a lei, dados estes que não aparecem no Registro Civil.

Faixa etária entre 26 a 49 anos.

Quanto à renda familiar mencionada ficou entre R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) a R\$1.000,00 (mil reais), relativo à situação no mercado de trabalho, das 16 entrevistadas, 07 desempenham funções autônomas sem contribuição a

Previdência Social, 05 são do lar e 02 estão desempregadas e 01 é servidora pública e 01 trabalha com registro em Carteira de Trabalho.

Pertinente a questão habitacional, 06 residem em casa própria, 04 cedidas, 05 alugadas e 01 financiada.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTADAS

Sujeito						
Ent.	Idade	Natural de	Estado Civil	Situação mercado trabalho	Renda	Domicílio
E1	46	Londrina	Casada	(E) Assalariado carteira de trabalho/ (M) Desempregado	R\$ 619	Próprio
E2	26	Curitiba	Solteira	Autônomo sem previdência social	R\$ 250	Cedida
E3	44	Adrianópolis	Casada	(E) Autônomo sem previdência social (M) Desemp	R\$ 550	Alugada
E4	28	R Grande Sul	Solteira	Autônomo sem previdência social	R\$ 500	Alugada
E5	38	Arapongas	Casada	(E) do lar (M) Assalariado carteira de trabalho	R\$ 511	Próprio
E6	44	Ortigueira	Casada	(E) do lar (M) Autônomo sem previdência social	R\$ 320	Próprio
E7	36	Irati	Casada	(E) do lar (M) Autônomo sem previdência social	R\$ 510	Cedida
E8	37	Palmital	Solt. Comp.	(E) Autônomo sem previdência social (C) Assalariado carteira de trabalho	R\$ 1.000	Alugada
E9	34	Colombo	Solteira	Autônomo sem previdência social	R\$ 300	Próprio
E10	34	Campo Mourão	Separada	Autônomo sem previdência social	R\$ 240	Alugada
E11	39	Mariluz	Viúva c/comp	(E) do lar (C) Autônomo sem previdência social	R\$ 500	Próprio
E12	49	Faxinal	Casada	(E) do lar (M) Autônomo sem previdência social	R\$ 700	Alugada
E13	42	Assis Chateaubriand	Divorciada	Autônomo sem previdência social	R\$ 600	Cedida
E14	32	Grande Rios	Solteira	Desempregado	R\$ 0	Financiada
E15	42	Curitiba	Divorciada	Desempregado	R\$ 0	Cedida
E16	45	Curitiba	Separada	Servidora Pública	R\$ 480	Próprio

(E) Entrevistadas; (M) Marido; (C) Companheiro;

Fonte: Dados coletados pelo autor da pesquisa (2009).

O Quadro 02 apresenta informações pertinentes à família através do número de filhos, de pessoas e a organização familiar. Pertinente ao número de filhos 03 entrevistadas possuem 01 filho, 03 entrevistadas com 02 filhos, 03 entrevistadas

com 04 filhos, e 03 entrevistadas com 05 filhos, 02 entrevistas com 03 filhos, 01 entrevistada com 06 e 01 entrevistada com 11 filhos. Verifica-se, então, que o número de filhos predomina entre 4 a 5 por família.

Quanto ao número de pessoas que constituem o núcleo familiar, encontramos na maioria entre 4 a 6 pessoas, sendo 04 entrevistadas com 6 pessoas, 04 entrevistadas com 4 pessoas, 03 entrevistadas com 5 pessoas, 02 entrevistadas com 03 pessoas, 02 entrevistadas com 02 pessoas e 01 entrevistada com 09 pessoas.

Relativo à organização familiar entre as entrevistadas encontramos 08 compostas pela mãe e filhos, 07 famílias constituída pela mãe, pai e filhos e 01 família compreendida pela mãe, padrasto e filhos.

Quadro 2 – PERFIL DAS FAMÍLIAS

Família			
Ent.	Filhos	Pessoas	Composição Familiar
E1	1	2	mãe, pai, filho
E2	1	2	mãe e filho
E3	2	4	mãe, pai e filhos
E4	5	6	mãe e filhos
E5	2	4	mãe, pai e filhos
E6	11	9	mãe, pai e filhos
E7	4	6	mãe, pai e filhos
E8	4	6	mãe, pai e filhos
E9	4	5	mãe e filhos
E10	5	4	mãe e filhos
E11	3	5	mãe, padrasto, filhos
E12	1	3	mãe, pai e filho
E13	6	5	mãe e filhos
E14	5	6	mãe e filhos
E15	3	4	mãe e filhos
E16	2	3	mãe e filhos

Fonte: Dados coletados pelo autor da pesquisa (2009).

O Quadro 03 foi elaborado com os dados sobre o grau de escolaridade das três gerações pesquisadas. Verifica-se que o grau de escolaridade entre as entrevistadas ficou assim apresentado: 12 não concluíram o Ensino Fundamental Incompleto; 01 curso o Ensino Fundamental Completo; 01 com o Ensino Médio Incompleto; 01 Ensino Médio Completo e 01 analfabeta.

Quanto ao grau de escolaridade dos pais das entrevistadas prevalece o analfabetismo. Pertinente à escolarização dos (as) filhos (as) das entrevistadas, 15 estão cursando o Ensino Fundamental e 04 cursando o Ensino Médio.

QUADRO 3 – GRAU DE ESCOLARIDADE ENTRE GERAÇÕES

Escolaridade				
Ent.	Entrevistada	Mãe	Pai	Filhos
E1	Ens.Fund Inc(8ª)	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (2ª)	Ens.Méd.Inc.(1º)
E2	Ens.Méd.Comp.	Ens.Fund.Inc (4º)	Ens.Fund.Inc (4º)	Ens.Fund.Inc. (5ª)
E3	Ens.Fund.Inc (4º)	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (8ª)
E4	Ens.Fund Inc(8ª)	Ens.Fund.Inc (1ª)	Não conheceu	Ens.Fund.Inc (6ª e 2º)
E5	Ens.Fund.Inc (4º)	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Fund.Inc. (5ª)
E6	Analfabeta	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (5ª, 6ª, 7º)
E7	Ens.Fund.Inc. (5ª)	Ens.Fund.Comp.	Ens.Méd.- Comp.	Ens.Fund.Inc (8º, 5ª, 2ª, 1ª)
E8	Ens.Fund.Inc (3º)	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (8º, 7ª, 3ª, 2ª)
E9	Ens.Fund.Inc (5º)	Ens.Fund.Inc (5º)	Ens.Fund.Inc (5º)	Ens.Fund.Inc (7º, 7ª, 3ª)
E10	Ens.Fund.Inc (1ª)	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Méd (1º) Ens.Fund.Inc (4ª e 2ª)
E11	Ens.Fund.Inc (1ª)	Analfabeta	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (8ª, 7ª, 5º)
E12	Ens.Fund Inc(8ª)	Analfabeta	Ens. Méd. Comp.	Ens.Fund.Inc. (7ª)
E13	Ens.Fund.Inc (4º)	Ens.Fund.Inc (1ª)	Não se recor- da	Ens.Fund.Inc (6ª, 6ª, 4ª e 2º)
E14	Ens.Fund.Inc (4º)	Ens.Fund.Inc (3ª)	Ens.Fund.Inc (3ª)	Ens.Méd (1º) Ens.Fund.Inc (7ª e 5ª)
E15	Ens.Méd. Inc (2º)	Analfabeta	Ens.Fund.Inc (3ª)	Ens.Méd (1º) Ens.Fund.Inc (7ª e 3ª)
E16	Ens. Fund. Comp.	Ens. Méd. Comp.	Ens. Méd. Comp.	Ens.Méd (1º e 2º)

Fonte: Dados coletados pelo autor da pesquisa (2009).

No Quadro 04 foram reunidas as informações pertinentes ao Programa Bolsa Família, em relação ao benefício, inscrição, valor monetário recebido e situação junto ao Programa.

Do universo pesquisado, 12 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, recebem valor monetário; 03 estão inscritas, fazem parte do universo do Programa, e aguardam resposta do Governo Federal para recebem valor monetário e 01 está com o benefício monetário bloqueado, devido descumprimento da condicionalidade do programa.

Em relação ao valor recebido, das 12 que são beneficiárias, o valor corresponde entre R\$20,00 (vinte reais) à R\$152,00 (cento e cinquenta e dois reais). Já, em relação ao período do recebimento, 03 beneficiárias recebem há 03 anos; 02 recebem há 02 anos; 02 recebem há 05 anos; 01 recebe há 06 anos; 01 recebe há 4 anos; e 01 beneficiária foi o primeiro mês; 01 recebe há 03 meses. Sinalizamos para o fato de que 01 beneficiária citou que recebe há 10 anos, fator este que, indica que a família migrou de outros Programas Sociais, como exemplo o Programa Bolsa Escola.

QUADRO 4 – SITUAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Bolsa Família			
Ent.	Situação	Valor	Período
E1	Inscrita	R\$ 0	0
E2	Bloqueada	R\$ 0	0
E3	Inscrita	R\$ 0	0
E4	Inscrita	R\$ 0	0
E5	Beneficiária	R\$ 40	2 anos
E6	Beneficiária	R\$ 122	2 anos
E7	Beneficiária	R\$ 60	3 anos
E8	Beneficiária	R\$140	3 anos
E9	Beneficiária	R\$120	5 anos
E10	Beneficiária	R\$ 45	1 mês
E11	Beneficiária	R\$ 100	10 anos
E12	Beneficiária	R\$ 20	5 anos
E13	Beneficiária	R\$ 95	3 anos
E14	Beneficiária	R\$ 152	6 anos
E15	Beneficiária	R\$ 102	3 meses
E16	Beneficiária	R\$ 82	4 anos

Fonte: Dados coletados pelo autor da pesquisa (2009).

Caracteriza-se como situação de inscrita, a família que fez inscrição nos Programas Sociais do Governo Federal através do cadastramento no Cadastro único e que não recebe nenhum valor monetário. Já a família beneficiária é aquela que se encontra recebendo o valor monetário e que vêm cumprindo os compromissos da educação, saúde e assistência social. Quanto à situação bloqueada corresponde a família que deixou de cumprir um dos compromissos assumidos, já citados anteriormente, ou que não atualizou os dados cadastrais os quais devem ser renovados há cada dois anos.

4.1.2. EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA FALA DAS ENTREVISTADAS:

Com o intuito de realizar análise e a discussão dos resultados, os dados foram organizados em três grupos: Família, Educação e Programa Bolsa Família.

Dos conteúdos analisados surgiram dez (10) itens: O Processo de Escolarização da Família; O papel e a participação dos pais no processo educativo de seus filhos; Significados sobre a escola e a importância de estudar; O contexto escolar; O que é o Programa Bolsa Família para as entrevistadas; O valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas; O Programa Bolsa Família e a sua influência na permanência e/ou retorno escolar; A mudança de vida proporcionada pelo Programa Bolsa Família; A escolha entre receber o valor monetário do Bolsa Família ou a oportunidade de emprego; Comentários sobre o Programa Bolsa Família através das falas das entrevistadas.

No texto produzido como resultado da análise é que se poderá perceber a validade da pesquisa e seus resultados.

4.1.2.1. O Processo de escolarização da família:

Em geral, na fala das entrevistadas foi constatado que o grau de escolaridade entre uma geração e outra, tomando como parâmetro três gerações, avós, pais e filhos, tende a aumentar.

Quando questionadas sobre o grau de escolaridade de seus pais, é freqüente o analfabetismo entre os mais velhos, tal afirmação se encontra nas seguintes falas:

“Não nenhum dos dois (estudou). Eram analfabeto” (E.8).

“Meus pais não estudaram... meus pais eram analfabetos” (E.11).

As entrevistadas apresentam um grau de escolaridade superior ao de seus pais (ensino fundamental incompleto) e assim sucessivamente, os filhos atualmente possuem escolaridade superior (ensino fundamental e médio incompleto) ao de seus pais.

Mas se percebe que os motivos que levam as pessoas a parar de estudar, repetem-se de gerações em gerações, e quando questionadas sobre o que as impossibilitou de estudar, foi citado o fato de residir na “roça” e de não possuir escola; o fato de ter que trabalhar muito jovem para auxiliar na renda familiar; o casamento; à dificuldade em conciliar as tarefas domésticas (cuidados com os filhos e a responsabilidade de esposa e dona do lar) com as tarefas da escola; além da proibição do pai enquanto solteira e posteriormente do marido. Encontra-se ainda na fala das entrevistadas a necessidade de interromper os estudos para cuidar de familiares doentes.

“Por que a gente morava em lugar, no norte do Paraná, que não tinha nada, e naquela época, assim, tinha que trabalha pra ajuda o pais na roça” (E.6).

“Porque na época eu tinha as criança pequena e eu tinha que trabalha e a escola ficava longe de casa não dava tempo” (E.12).

“Por causa que eu engravidei e tive que para” (E.14).

“Por que nós lá a escola era muito longe meu pai tiro nós porque eu ia saí, daí eu fugi e vim embora pra cá, fugi porque eu não queria fica mais na da minha mãe e do meu pai” (E.10).

“Ah, eu estudei um pouco depois que tive a menina, não deu mais. O meu marido pegava muito no meu pé, nós brigava demais, e eu larguei mão” (E.4).

“Eu não tive condições de estudar mais, e agora eu trabalho o dia todo, meu marido é doente, então eu não posso deixar ele sozinho à noite” (E.1).

Quando questionadas sobre a possibilidade de retorno ao processo de escolarização, de voltar a ocupar os bancos escolares, as respostas foram variadas, encontra-se as que já pensaram e sentiram a necessidade de voltar a estudar e outras que nunca tiveram tal pensamento.

Neste item detectamos a escolha social versus individual, onde as pessoas acabam atribuindo maior relevância a algumas e menor a outras, “o problema é que cada indivíduo tem suas preferências e produz uma ordenação particular” (CARVALHO, 2008, p. 246).

Destacam-se as seguintes falas:

“Já, porque a gente precisa dos estudos, a gente sai pra lá assina alguma coisa, escreve alguma coisa não tem que tá pedindo pros outros tá preenchendo uma ficha, alguma coisa, né” (E.11).

“Ah, por que o estudo faz uma falta, em tudo, em tudo precisa de estudo” (E.7).

“Por que o estudo a gente usa pra tudo, né? Até pra lavar um banheiro, precisa de estudo” (E.8).

Percebe-se ainda que o retorno ao estudo é apresentado como um fator de extrema importância para a ascensão profissional:

“Nossa eu penso até tô pensando em voltar a estudar, porque eu tô procurando emprego, nossa tá a maior dificuldade sabe, eles pedem o segundo grau completo, e eu não tenho né, já perdi muito emprego por causa disso” (E.14).

Existem as que já pensaram em voltar a estudar, outras ainda enfatizam que nunca pensaram em voltar a estudar, e que para sua realidade de vida não faz falta e que o cansaço do trabalho as impede de almejar tal caminho:

“Não, me faz falta” (E.5).

“Não, não pensei não...por que eu trabaio de mais, trabaio até sete horas da tarde, saio do serviço tarde não dá tempo” (E.10).

Do universo pesquisado, uma entrevistada que mencionou estar esperando vaga para retornar aos estudos e que depois de adulta, casada e de ser mãe é que retornou seu processo de escolarização e que pretende concluir o ensino médio e tem como objetivo futuro cursar o terceiro grau, vislumbrando com a Faculdade de Letras.

Outro fator que chama a atenção nesta entrevistada é que a mesma desempenha as funções de serviços gerais dentro de uma unidade educacional, o que permitiu correlacionar, a influencia do meio ao qual o homem está inserido é que repercute em suas ações e projetos futuros.

“(...) sou limpadora de chão, daí eles vêm que tem que estudar. E pra mim por estar dentro de uma escola a coisa fica ainda pior, eu parei na sexta série depois fiz o ensino fundamental, e quero fazer o ensino médio e ainda falo pra eles que eu quero fazer a faculdade de letras” (E.16).

4.1.2.2. O Papel e a Participação dos pais no processo educativo de seus filhos:

Quanto à presença dos pais no processo de aprendizado de seus filhos, devido à baixa escolaridade, não conseguem atender as necessidades cognitivas de seus filhos e o acompanhamento das tarefas fica a cargo dos irmãos mais velhos, de parentes, de vizinhos e principalmente nas mãos dos professores.

“Olha, fia eu não vô menti, eles sempre estudaram sozinho, por que eu ó, eles só mostra ó mãe eu fiz isso ou aquilo assino o que é pra assina do uma olhada por que as veis eu entendo alguma coisa, as veis não porque hoje em dia é bem diferente do tempo que eu estudava, né, essas continha eu num sei não, mais eles estudam e aprendi sozinho com as professora da escola” (E.13).

“Ah, ... elas fazem sozinha e quando as menor não sabem elas perguntam pra mais velha” (E.14).

“Eu ajudo, quando eu sei, pois eles já tem mais estudo que eu... eu não sei ler muito bem... às vezes pedem ajuda pros amiguinhos da escola” (E.3).

Os pais, ao educarem seus filhos assumem a responsabilidade pela vida destes, quanto ao papel e a participação dos pais no processo educativo dos seus filhos também foi alvo de pesquisa, e segundo as entrevistadas o principal objetivo dos pais é educar. Esse fator se confirma nas seguintes falas:

“Educar, amar e respeitar” (E.1).

“Eu acho assim, não sei se eu penso errado, por que muitos pais eles acham que a escola tá pra educa, eu acho que não, a escola tá pra ensina, e a educação em casa” (E.2).

“Ah, de tudo um pouco, né, e a educação, é o ensino, é a atenção, é o carinho, é uma palavra, é amigo, principalmente, pois ser mãe e ser amiga” (E.7).

“(...) dá educação, né, dá um estudo melhor pra eles, ensina a respeitar porque tem que ter respeito acima de tudo né, acho que esse é o papel nosso, né” (E.13).

A presença na escola também é citada como responsabilidade dos pais

“De estar sempre presente, né” (E.4).

“Eu acho que é manter o filho na escola” (E.5).

“Participa e pergunta pro professor como os filhos tão indo na aula” (E.6).

Encontra-se nas falas das entrevistadas que a participação na escola se faz presente somente quando solicitada seja para entrega dos boletins, reunião de pais ou qualquer outra atividade festiva. Encontramos na fala de uma entrevistada que foi convocada a comparecer na escola, as demais relataram que ‘neste ano ainda não foram chamadas’.

“Esse ano...participei mês passado foi pega os material, cheguei atrasada já tava no final (...)” (E. 13).

Reforçamos que as demais a escola não chamou para nenhuma atividade no primeiro semestre letivo:

“No colégio que ele tá agora, não, nunca me convidaram, até esses dias atrás eu comentei que eles não fazem reunião de pais, neste que ele tá, quando era no quarto ano, terceiro ano, eu ia, mas agora, eles não fazem” (E.2).

“Neste ano não, mas eu sempre vô em entrega de boletim, participo quando me chamam” (E.6).

“Esse ano ainda não fui nenhuma não sei se já teve e eu falei por ele não ter me avisado (...)” (E.12).

Em relação ao item participação dos pais na escola, acredita-se que é interessante tecer alguns comentários, pois através das entrevistas pode-se perceber que a forma de relação da escola com a família é através da convocação da mãe para ouvir queixas, em datas comemorativas ou na entrega de boletins, fator este que dificulta que a família tenha outra visão da escola, como de aprendizado e ensinamento, e não somente de represália ou até mesmo de auto-acusação.

Torna-se necessário estabelecer relações transparentes e participativas entre a escola e as famílias, de forma a tê-las como aliadas do rendimento escolar.

A visão da escola deve mudar para com a família, pois estas precisam se comunicar efetivamente, dialogar sobre suas práticas pedagógicas e avaliativas. É necessário estabelecer relações de confiança entre a escola e a família, pois a simples atitude da família em demonstrar interesse pelo cotidiano escolar promove maior interesse da criança.

Acredita-se que a família é a base emocional pois transmite confiança para a criança e desta forma a educação é um fator de extrema importância para o seu desenvolvimento e crescimento.

Quanto à rotina de atividades dos filhos em casa é freqüente o “assistir televisão e não fazer nada” durante o dia,

“Eles ficam em casa...e não fazem nada”. (E.3).

“Fica só assistindo televisão, em casa”. (E.5).

As famílias com maior número de pessoas citam que os filhos menores auxiliam nas tarefas domésticas, em pequenos afazeres, como arrumar a cama, as roupas.

“Oiiá, geralmente ele aqui brinca e estuda (...), um outro, faz bolinho de meia, arruma o sapato dele, lava, (...), é todos ajudam, é que eu não deixo ir muito na rua, não”. (E.6).

Detecta-se que nas famílias mais pobres, os filhos contribuem para a composição da renda familiar, mas observa-se que, à medida que a renda cresce e a família consegue sobreviver apenas com a renda do pai, outro fator que auxilia na composição de renda, é o recebimento do valor monetário, como é o caso do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), apresentado na fala de uma das mães entrevistadas:

“(…), inclusive eles também tão inscrito no PETI, e não podem faltar, fazem três anos no lugar deles ficarem na rua e fazendo o que não deve, às vezes eles ficam soltando pipa, mas não é a pipa não...na esquina sempre acham um amigo mal, né, então eles tão os dois períodos na escola”(E.6).

O PETI tem como objetivo contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País, atendendo famílias cujas crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos se encontrem em situação de trabalho. O Programa está inserido em um processo de resgate da cidadania e promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão social de suas famílias. O PETI atende famílias com crianças e adolescentes retirados das diversas situações de trabalho, com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos.

Informamos que, o Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bem como o Projovem Adolescente, são programas, projetos e serviços sócio educativo que fazem parte do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Das 16 entrevistadas somente uma família citou que sua filha frequenta o PROJOVEM ADOLESCENTE, que é um serviço sócio educativo, como já citado anteriormente, oferecido pelo Governo Federal para os jovens de 15 a 17 anos de famílias inscritas no Programa Bolsa Família e que tem como desenvolvimento de atividades através de uma metodologia própria que é ministrada por orientadores e facilitadores sociais, e que tem como espaço físico o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

“(...) a mais veia vem no Projovem de tarde” (E.10).

Em relação às atividades esportivas, somente uma entrevistada cita que seu filho é adepto as esportes, e que o tempo do filho é todo ocupado com atividades esportivas,

“O menino almoça e vai pro treino de futebol e a noite vai pro treino de capoeira ele é hiperativo, ele é super forte, graças a Deus (...)” (E.16).

Dentro ainda do processo educativo foi questionado se os pais conversam com seus filhos sobre a escola, conteúdo, professores, e todas as 16 entrevistadas mencionam conversar com seus filhos:

“Sempre converso, sim, todo o dia eu venho busca e já pergunto e ele vai me contando como que foi, o que aconteceu” (E.2).

“Sobre o que se passou, se eles brincaram no recreio, se lancharam, tudo essas coisas, o que a professora passou no quadro” (E.8).

‘Converso, é a maior briga é i pra escola, porque eu não deixo falta, conversamo eu pergunto as eis ela chega em casa falando que aconteceu briga que já aparto briga, o diretor memo já foi lá em casa falando pra mim os parabéns pela minha filha que ela já aparto briga, ajuda ele no colégio’ (E.9).

“Eu olho sempre a mochila e to sempre vendo se tem um trabalho qualquer coisa, agora que eu não tô trabalhando fora eu do sempre uma olhada” (E.12).

“Eu pergunto como eles tão, como foi a aula, esse aqui nem precisa perguntá que ele já chega falando” (E.15).

Nas respostas das entrevistadas quanto ao fator de parar/desistir de estudar dos filhos, foi possível observar que o fator de desistência aparece em maior número na faixa etária compreendida entre os 14 até 17 anos de idade. Nesta faixa etária de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, estão compreendidos os adolescentes, “entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2006, p. 3).

Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas/RJ com base nos suplementos de Educação das PNAD’s de 2004 e na Pesquisa Mensal do Emprego PME/IBGE, utilizando respostas diretas de pais e alunos sobre os motivos da evasão escolar, o desinteresse é o principal motivo da evasão escolar dos jovens. Revela que 40% dos jovens de 15 a 17 anos que deixam de estudar pois acreditam que a escola é desinteressante.

A necessidade de trabalhar é apontada em segundo motivo, com 27% das respostas e a dificuldade de acesso à escola aparece com 1,9%.¹⁵

“O mais velho sim, (...) só que eu não deixei...Ah, eu achei ruim, né, não tem como para de estudar” (E.3).

“Ah, a minha veia, a mais velha, (...) ah, eu dei conselho tudo daí ela fico uns dois, três dias sem ir daí o diretor veio ela converso tiro duvida daí ela volta, se sabe adolescente é adolescente, sempre tem um probleminha” (E.9).

A reação dos pais diante da afirmação de desistência por parte dos filhos foi repreendida através de conversas e percebe-se que as famílias sabem da importância do estudo e que incentivam seus filhos a continuarem a estudar tomando como exemplo suas vidas de sofrimento e de limitações, portanto, a vida de sofrimentos é como as famílias em situação de pobreza incentivam seus filhos para que continuem estudando.

“Estes dias a (...), falou e eu peguei firme e disse: Olha, o teu futuro chegou e você não pode ser como eu, que não tenho estudo, você quer ser como eu? que chega e não sabe nem o nome do ônibus pra pegar, falei pra ela...num médico se bate por que não sabe ler...precisa sempre alguém ir comigo pois eu não sei...você acha isso bonito?” (E.6).

“Eu uso o exemplo do pai, o pai estudo só até a sexta série e abandonou a escola, e tá sentindo agora o sofrimento, ele poderia pegar um trabalho que poderia ser um pouquinho melhor, né, não sofrer tanto, pois sem estudo, arruma trabalho pesado, como servente, e quando se tem um estudo, daí melhora um pouquinho” (E.7).

“Mostrando a ele a dificuldade que eu passo no trabalho, que eu trabalho muito e sou uma pessoa de

¹⁵ Pesquisa na íntegra: <http://www.anj.org.br/jornaleducacao/noticias/pesquisa-da-fgv.br> – acesso aos 15/01/2010.

responsabilidade, não tenho cultura, daí eu falo pra ele, estude pra não ser pião como a mãe é” (E.1).

4.1.2.3. **Significados sobre escola e a importância de se estudar:**

É inegável o papel da educação na constituição de pessoas e organização da sociedade. No entanto, este processo pode tornar diferentes rumos, dependendo da concepção de homem e de mundo que cada um tem.

O significado da escola e sua importância é um dos eixos que norteiam a pesquisa, sendo essencial abordar que as entrevistadas têm conhecimento que o estudo pode proporcionar um futuro melhor para seus filhos, além de crescimento pessoal e profissional.

Nas falas percebe-se que as famílias sabem da importância do filho estar inserido em um contexto educacional e que necessitam do estudo para “ser alguém na vida”, e sabem muito bem o que precisam para que as vidas de seus filhos sejam de fato diferentes da sua, tão sofrida e sem esperança de um futuro melhor.

Ao contrário do que se acreditava no início da pesquisa, as famílias em situação de pobreza, valorizam a escolaridade e lutam para manter seus filhos na escola.

“Escola (...) eu acho que é o prosseguimento da família, eu vejo escola como uma família, por que na casa da gente, a gente ensina o básico e lá a escola vai tar, integrando a criança o aluno a sociedade” (E.1).

“Escola é um lugar onde você vai aprende como ser um cidadão de verdade” (E.12).

Mas, a escola também é vista como um local que pode sanar não só a fome de conhecimento como também a fome física:

“Pelas minhas filhas ela cuida bem, dá alimento, é tem um monte de coisas que eles dão lá pra elas” (E.10).

Tem-se a consciência de que somente a educação é que se deixa como herança para os filhos:

“Ah, ele pode trazer muita coisa, a melhor coisa que você deixa pros seus filhos é o estudo” (E.8).

“Escola...escola é uma maneira deles aprende né, deles ter um pouquinho mais de educação...pra mais tarde eles possam ter um...como posso dizer um...pode se virá sozinho porque a gente não vai vive pra sempre né, e a escola tem muitos exemplos bons (...)” (E.15).

O estudo é citado como algo que pode proporcionar uma vida promissora, com a possibilidade de carreira profissional,

“Tenha uma vida melhor, né, que seja um doutor na vida” (E.4).

“Tudo né, ter uma carreira, não ser que nem eu, que tive que parar pra trabalha e depois voltei, fui mãe solteira, tudo bem que tive o apoio bem grande da minha família, mas mesmo assim eu incentivo bastante a estudar para ter uma carreira e ser alguém na vida, né!” (E.2).

O estudo ainda é fator de realização de sonhos:

“Ah, vai realiza o sonho dele né, de se bancário o estudo realiza todos os nosso sonho” (E.12).

Outro fator que aparece na fala das entrevistadas é que o ser humano é inteligente necessitando da escola para crescer

“Eu acho que vai trazer uma vida mais promissora, mais inteligência, porque o ser humano é muito inteligente só que a escola oferece, mais crescimento” (E.1).

“Pros meus filhos eles sabem que é tudo, eles tão vendo o que eu faço de esforço pra estudar, olha a mãe poderia ter um emprego muito bom, pois graças a Deus eu sou super inteligente, a mãe poderia estar super bem, porque eu não tô, por que ninguém pede hoje menos que o ensino médio (...)” (E.16).

4.1.2.4. O Contexto escolar:

A categoria sobre escola tem seu início com um pergunta comparativa entre a escola antiga, no caso dos pais, e da escola atual dos filhos, qual seria melhor na opinião das entrevistadas?

Diante do questionamento foi possível levantar as seguintes opiniões, sobre o respeito aos professores na escola antiga,

“Na minha as pessoas se respeitavam mais, principalmente a gente que era aluno, né, respeitava muito mais os professores” (E.1).

Em relação à ausência de violência na escola,

“Ah, de antigamente era bem melhor, não tinha tanta briga no colégio, era mais calmo, mais sossegado” (E.3).

“A minha, por que não tinha violência” (E.5).

E quanto aos métodos mais rígidos a escola antiga foi citada:

“Vamos dizer assim, que era mais rigorosa, mas também pais, né, que eram mais severos, muita mais atenção por parte de todos, acho que tinha mais oportunidade de fazer um estudo mais ou menos” (E.7).

Quanto à escola atual,

“Hoje em dia eu creio que seja melhor, pois agora tem mais acesso, tem computador, no meu tempo não tinha nada!” (E.4).

“Porque antigamente não tinha como compra um livro, tudo era difícil” (E.6).

“Porque eu acho que tem mais é...evoluiu bastante, né, antigamente as matéria eram fraca e agora a gente vê que eles estudam muito melhor que no meu tempo, e eu fiz o fundamental agora e foi bem mais difícil” (E.16).

Quanto ao local e as estruturas da escola, também foram lembradas:

“a dos meus filho né, porque na época que eu estudava era muito difícil, era bem piquinho o colégio, era paiolzinho de roça em dia meus filho tem conforto, tudo na esquina de casa” (E.9).

“Ah, a escola era bem simples, era na roça...bem simples a escola...a de hoje porque a de hoje o ensino tá mais avançado” (E.11).

Quanto ao trabalho multidisciplinar na educação:

“Eu acredito que hoje é a dele, por que eu acredito que tem um acompanhamento com assistente social, diretora, tem tudo né, já no meu tempo, já não era assim” (E.2).

“(...) pra você mante um adolescente nessa época ih, você tem que ter muita graça de Deus, porque os professores os orientadores fazem a parte deles,, porque é muita coisa...eu não tô criticando a escola eu acho que cada pai, cada família tem que doma o filho seriamente em casa com conselho, com conversa porque tá muito difícil” (E.12).

Em relação ao trajeto escola e casa, em sua grande maioria as crianças e adolescentes vão e voltam sozinhos, outros a própria mãe leva, e quando isso não é possível as vizinhas se revezam quanto aos cuidados dos filhos uma das outras:

“O mais velho vêm com os amigos, e os outros a vizinha que vêm e trás os dela e os meus vêm junto, quando ela não pode eu venho, assim a gente troca” (E.7).

Vivemos em uma sociedade permeada pela violência fator este que também não foge ao contexto escolar, onde todas as entrevistadas mencionaram terem presenciado no contexto escolar ou comunitário, algum tipo de violência, seja através de brigas entre os alunos, assaltos, morte na comunidade, enfim, todas citam exemplos de violência presenciada por elas, ou por seus filhos:

“Já vi sim, lá em cima, perto de casa esses dias mataram um rapaz bem perto de casa, na frente de todo mundo” (E.3).

“É perigoso...é assalto, briga, tiro” (E.10).

“Eles sempre falam, (...) é assalto não assim, mais eu vejo quase todo dia...sempre tem briga no final do colégio dão soco, chute, tudo, e é verdade até os pai tem que separa as criança no ginásio...ali tá demais eles ficam tudo parado ali na frente tudo esperando a garotada saí do colégio, mais é briga mesmo de tirá sangue do outro, horrível!” (E.15).

É neste cenário caracterizado pela falta de empregos, trabalho precário, deteriorização das condições e relações de trabalho, que as famílias enfrentam o seu cotidiano, que segundo ALENCAR (2008, p.76), “permeado, muitas vezes, de situações em que predomina a violência no seu modo de vida”.

A escola tem sido uma continuidade da vida das crianças de classe média e alta, pois estas viajam, conhecem museus, possuem livros, outras línguas, acesso a

mais alta tecnologia, enquanto para as crianças e os jovens de famílias em situação de pobreza, os conteúdos apresentados estão distantes de suas vidas.

Partindo desse raciocínio, perguntamos as entrevistadas quanto ao acesso à internet e a biblioteca nas escolas, e a resposta que se obteve é que nem todas possuem biblioteca e/ou laboratório de informática, o que gera ônus para algumas das famílias quando os filhos necessitam fazer pesquisa através da internet.

“Na escola que ele estuda só tem biblioteca não tem informática” (E.1).

“Tem biblioteca, o laboratório de informática, também tem, mas eles cancelaram o laboratório, agora não tem. Eles pesquisam na lanhouse” (E.3).

Percebe-se da dificuldade das mães em conciliar a realidade de vida com a realidade da escola, pois os programas escolares não estão levando em conta as desigualdades sociais, exigem os mesmos produtos, avaliam da mesma forma, ensinam da mesma maneira a crianças e adolescentes de mundos e de vidas diferentes.

Outro fator que pesa para manter os filhos na escola, é presente na fala das entrevistadas a aquisição do material escolar e do uniforme. Crianças são excluídas ou rejeitadas pelo fato de não ter o que vestir no caso o uniforme:

“O material, né, e o uniforme, tem que compra tudo, se não tive uniforme não entra na escola” (E.3).

A maior parte das crianças de famílias em situação de pobreza passa por tensões, dificuldades e fracassos, desinteresses por falta dos professores, desencorajamento, que as afastam da escola, um mundo que fala de coisas e de linguagem estranha.

Em relação aos professores, quando questionadas sobre o assunto e relacionamento entre aluno e professor, através das falas detectou-se que este interfere no desenvolvimento educacional, pois os alunos que reclamam dos professores possuem baixo desempenho, existindo uma co-relação entre o

desempenho escolar dos alunos estarem direcionado “ao gostar ou não do professor”.

“O mais velho já reprovo três ano porque sabe era na época que eu tava me separando eu me descuidei, sabe ele tem um problema ele não entende tem que ter muita paciência com ele pra ele entende, e tem professo que é muito mal educado, não são todos mais tem, acha que quando o aluno diz que não sabe ele tá mentindo, tá tirando com a cara dele, mais meu filho não entende, ele fala ‘mãe eu não sei por que eu vo pra aula eu não entendo nada que os professo tão falando, mais eu não tenho dinheiro pra muda ele de colégio ele tem que fica nesse aí mesmo” (E.15).

“(...) tem uma professora que ele não vai com a cara dela, falou da professora, nem pegar no livro ele quer, ele chega a esquecer o livro da matéria, eu tenho que mandar o vizinho que é outro aluno o livro, pois ele faz questão de deixar em casa, senão ele não pega” (E.7).

Para, BOCK, (2002, p.268) “o vínculo professor-aluno é o sustentáculo da vida escolar” e que o aluno muitas vezes é visto como alguém que tem pouco a contribuir no processo educacional, devendo acompanhar em silêncio, quieto e atento, o que o professor ensina.

Porém torna-se interessante comentar que, atribuir toda a responsabilidade pelo fracasso da escola ou ao professor, seria fazer um “jogo de transferir tarefas que são de todos”. Pois, não devemos deixar de comentar que os professores são produtos e produtores da mesma sociedade em que vivem os alunos, e que muitos não são valorizados e trabalham em péssimas condições de trabalho.

Já em relação aos alunos que gostam dos professores o desempenho é louvável pelos pais,

“Eles adora os professo, porque sabe né eu não sei muito não posso ensina ninguém, daí eu até digo que eles tem que respeita o professo como se fosse da família porque só ele vai pode dá a o ensino que eles precisa. (...) eles tem nota boa, graças a Deus no céu que eles tem notas boa” (E.13).

Outro ponto sinalizado como prejudicial é a constante “falta de professores” que é citado como prejudicial ao processo de escolarização e de aprendizado dos filhos,

“(...) o que eles reclamam é a muita falta de professor, né isso é terrível e reclamam bastante!” (E.16).

Para GUZZO (2005, p.21), “as desigualdades sociais se reproduzem nas relações professor-aluno e a escola com sua prática consegue anular, desvalorizar, ignorar a realidade em que crianças e adolescentes vivem”.

4.1.2.5. O que é o Programa Bolsa Família para as entrevistadas:

Neste item procurou-se questionar se as entrevistadas tinham conhecimento do que é o Programa Bolsa Família. Através das respostas obtidas percebe-se que pairava no ar dúvidas pertinentes quanto ao conceito, os procedimentos e os valores pagos referente ao Programa. Muitas das respostas enfatizam que o Programa Bolsa Família é uma ajuda que o governo oferece para as famílias de baixa renda, parecendo em seu discurso como lado “caritativo” e não como um direito permeado e garantido em Lei. Não se percebem como protagonistas, apenas beneficiárias.

Vejamos algumas falas:

“Eu, acho, bom o que eu sei, que é uma ajuda do governo pra incentiva a criança a i pra escola, né”(E.2).

“Mais ou menos, é um meio de ajuda, eu não entendo muito coisa, não” (E.3).

“Não sei ao certo, sei que ajuda as pessoas” (E.4).

“Ah, eu acho que é uma ajuda, não é?” (E.5)”.

O valor monetário do Programa Bolsa Família possibilitou as beneficiárias à inclusão no mercado capitalista, pois as famílias na sociedade capitalista são vistas como unidades de consumo, através do consumo acirrado, ou seja, estas podem

comprar e acabam por fazer parte e compactuar com a ideologia da classe dominante.

“É um programa que incentiva a gente a compra coisas pra eles, um calçado que a gente tira na loja pra eles, por que eu não trabalho e fica difícil, daí eu vou e pego pra ela, tiro a prestação e cubro com o bolsa família” (E.6).

É citado ainda como ***“um benefício” (E.12)*** e para outras entrevistadas é algo expressivo,

“Ah, pra mim é tudo, né; já me ajudou muito na minha vida, ajudou muito no tempo que eu não tava ganhando nada, no tempo da minha vó tinha que cria as criança” (E.9).

Percebe-se que o Programa Bolsa Família é importante em alguns pontos, como é o caso de vulnerabilidade (filhos pequenos, separação do casal, doença de familiar, etc) que visa assegurar a subsistência. Já, em outro fator, o valor monetário serve para investimento em qualidade de vida, como pagar um curso, melhorar a casa, investir em um salão de manicure, como é um exemplo citado por uma das entrevistadas.

Quanto à intenção do Governo ao criar o Programa Bolsa Família às entrevistadas são da opinião que a intenção foi boa, mas que alguns critérios precisam ser revistos como o valor do benefício, ampliar a fiscalização e maior rigor quanto às famílias beneficiárias.

“Eu acho que foi boa, ajudou muita gente!” (E.5).

“Ah, foi só que, o valor é pouco, né, deveria de ajudar mais, por que tem muita pessoa que precisa e que não tão recebendo” (E.8).

“Foi bom, em partes é bom porque tem gente que recebe e nem precisa né, cada caso é um caso né, verdade tem gente que tá na fila nove anos e precisa tem casos que a gente ouve que não precisa e pega o bolsa família” (E.14).

“Assim, eu pra mim memo é aumenta a fiscalização, porque pra mim o valor eu ganho o que o governo dá de bom grado como diz meu patrão é poço mais ajuda né, mais acho e tenho visto muita coisa errada no bolsa família muita gente que não precisa que a gente vê e as vezes eu penso assim poxa tem gente que precisa tem quatro fio no

81

colégio e não recebe e tem gente que os fio nem estudam e tão recebendo, igual uma cunhada minha ela tem cinco fio no colégio e ela foi cancelada já tem mais de ano e ela tá lutando e ela precisa intão era caso de ter uma fiscalização

em casa das pessoas e tudo certinho pra ver antes de tirar o plano, tem gente que tem carro do ano e recebe” (E.13).

Quando se aborda sobre a opinião e o conhecimento sobre o item das “condicionalidades/compromissos”, sendo estas as condições necessárias para serem cumpridas junto área de saúde e educação para se receber o valor monetário do benefício, percebe-se na fala das entrevistadas que algumas são de acordo, pois percebem na obrigatoriedade das condições uma forma de incentivar e de “forçar” os pais a cumprirem com as suas obrigações no que se refere à saúde e educação de seus filhos.

“Olha, deveria né, por que na saúde o pai e a mãe tem de tar do lado do filho, e na escola também tem que tar sempre do lado da escola” (E.6).

“Deveria, (...), mas como essa senhora que acabou de sair daqui, a vida dela, o lugar aonde ela mora, é muito mais que uma ajuda, a água vem até a porta dela, tem um valetão, ali já alagou, o marido dela já teve doença de rato, já teve hepatite, a menininha dela é deficiente, e como são muitos filhos, por isso que eu acho importante o acompanhamento da saúde, não só da saúde, da assistência social, estas coisas assim” (E.7).

“Ah, eu acho que sim pra pode vê que as criança ta estudando e a gente tá se interessando em leva pra pesa né, apesar que eu não tenho tempo, eu não vo menti quem leva é o meu filho mais veio ou às vezes minha mãe leva, até hoje eu vim vacina essa porque ela tá com uma vacina atrasada ela tem que toma uma com dez e outra com doze ano, eu acho certo porque tem gente que pega o bolsa escola e nem fio na escola tem”(E.13).

E existem aquelas que percebem às “condicionalidades”, ou seja, os compromissos, como uma forma de burocracia:

“(...) não precisava tanta burocracia eu acho né, aquele negócio de todo o mês fica pesando a criança entendeu essa coisa assim as vez a mãe tá trabalhando né, não pode é muita burocracia eu acho por uma parte é bom claro que tem...pesa é bom, mais i todo mês, todo mês, todo mês é um exagero não tem necessidade de tudo isso né, mas algumas coisas” (E.14).

“(...) eu acho que o governo não deveria colocar isso. (...) Ah, por que muita o que ele dá de ajuda é pouco né, ah, nem sei explicar, só sei que não deveria ter” (E.8).

Detectamos ainda na fala de uma das entrevistadas o fator de controle que o critério de condicionalidades gera também nos filhos dos beneficiários:

“Ah, em relação a escola tá totalmente certo como é que a gente vai poder acompanhar direto quando começam a falta porque de veis em quando a gente trabalha cedo e então não dá pra acompanha todo dia, e elas tão fartando menos, porque eu falo ‘vocês querem que eu perco o bolsa família?’, tudo tá certo” (E.9).

Neste item se faz necessário abordar o item “participação”, como o envolvimento direto dos atores sociais na política, especialmente na provisão de benefícios e serviços, fator este que através da fala das entrevistadas percebe-se que não vêm ocorrendo, pois nem “elas” sabem sobre o benefício ao qual fazem parte.

4.1.2.6. O Valor recebido pelo benefício versus o atendimento das necessidades básicas:

Quanto a esta categoria foram traçadas várias perguntas para as entrevistadas em relação às despesas mensais com moradia, luz, tarifa da água, gasto com alimentação, gás de cozinha, medicamentos, transporte, vestuário e lazer.

Ao se questionar quanto ao valor das despesas mensais as pessoas entrevistadas apresentaram dificuldades em expressar os valores gastos com as despesas, pois muitas relataram receber por dia e aos poucos o que impede de ter uma visão real do valor das despesas, motivo este que muitas das falas não aparecem em valores e sim em suposições, como nesta fala:

“Olha eu não consigo ir no mercado e fazer uma compra pro mês, por causa do serviço dele se assim, ele recebe de quebradinho, então as compras tem que se conforme vai recebendo (...)” (E.12).

De todos os itens o que mais apresenta gasto é com alimentação, inclusive o valor monetário recebido também no Programa Bolsa Família, é utilizado em muitos casos para suprir as necessidades com alimentação como é constatado nas seguintes falas:

“(...) quando o bolsa família vêm mais cedo, eu uso pra verdura, ou quando eu tenho que comprar material, aumenta o valor gasto na alimentação” (E.7).

“Eu compro fruta (...)” (E.6).

“(...) eu compro fruta, verdura pra eles, (...) eu vou no mercado, é o que eu faço” (E.11).

“(...) depende da necessidade, se precisa de uma roupa ou coisa diferente que ele quer e a gente não pode comprar que nem ontem ‘ele disse, mãe eu queria um chocolate’, né, daí

um dinheirinho pra ele compra e ele comeu um barra de tanta vontade nem deixo pra nós, a gente gasta com ele mesmo” (E.12).

“Ah, no fim de semana pra compra uma comida melhor” (E.13).

”Eu ajudo a fazer a minha compra do mercado, eu intero pra poder comprar” (E.16).

A média apresentada em gastos com alimentação varia entre R\$70,00 (setenta reais) sendo o valor máximo citado de R\$500,00 (quinhentos reais).

Sendo as despesas com alimentação citadas como o maior gasto entre o orçamento doméstico das entrevistadas, procuramos relacionar o número de pessoas existentes na composição familiar com o valor citado pelas entrevistadas, porém achamos conveniente fazer esta análise somente da família que possui o maior número de pessoas na composição familiar, com 09 pessoas.

“dá uns quinhentos fora o bruto, fora o gás, fora verdura, fora fruta” (E.6).

Dentro da fala da entrevistada percebe-se que o valor gasto com alimentação é insuficiente para suprir todas as necessidades nutricionais da família, em torno de R\$55,00 a R\$56,00 mensais de despesas com alimentação.

Relativo às despesas com a iluminação elétrica, as entrevistadas citam estar incluídas na tarifa de baixa renda, ou tarifa social, que é decorrente da inserção das famílias no Programa Bolsa Família.

Em relação às despesas com água, o valor citado entre as entrevistadas pode variar de R\$25,00 até R\$79,00, existindo dentro desse universo uma família que não possui água encanada,

“até que o meu cavalete chegar na rua, tô sem água, tô pegando água da vizinha, agora é que eu vou entrar solicitando” (E.6).

Ao que se refere aos gastos com medicamentos estes são citados pelas entrevistadas que quando se precisa, ***“eu pego na Unidade de Saúde” (E.3)*** e ***“graça a Deus, é difícil, ter gasto” (E.16)***.

No que se refere ao vestuário, as falas se identificam quanto ao fato de ganhar as roupas, e que o gasto com o vestuário é raro ou quase inexistente.

“quando dá pra compra, eu compro, quando não dá, fica sem” (E.1).

“ah, isso aí é raro, comprar” (E.9).

“ropa eu não gasto muito porque eu ganho bastante ganha dos amigo, as vizinha quando não serve pras menina dela, ela dá pra mim” (E.10).

“ropa é difícil eu compra porque também eu vivo ganhando a gente se cuida né, o que não serve mais pra minha irmã, ta novo” (E.12).

Relativo ao lazer,

“não passíamo muito, as veis eu dô um dinheirinho pra eles sai com o colégio, mas é só com o colégio mesmo, não tenho condições de sai com eles” (E.13).

“a gente faz o que a gente pode, lazer é mais a mais velha porque ela gosta de i pra igreja, i no retiro, estas coisas de vez em quando tenho que dá algum dinheirinho pra paga algum retiro, alguma coisa” (E.9).

“bom de lazer quando a gente saí, eu vou na casa dos meus pais que moram numa chácara ou eu fico em casa” (E.2).

Quando questionadas sobre o valor pago do benefício referente ao Programa Bolsa Família, as entrevistadas relatam ter conhecimento que o valor não é suficiente para suprir as despesas mensais, mas que pode amenizar a situação vivenciada das famílias em relação ao orçamento doméstico.

“Suficiente não é, mais vai me ajuda muito, vai” (E.1).

“Vai ajudar nas despesas, sei que o valor não vai ser suficiente, você sabe que a gente tem bastante despesas, mais...qualquer valor que entrar já ajuda, né” (E.4).

4.1.2.7. O Programa Bolsa Família e sua influência na permanência e/ou retorno escolar:

Nesta categoria podemos observar que todo o universo pesquisado apresenta em suas falas a importância da continuidade do estudo, mesmo quando indagadas da possibilidade de “não mais receber o valor monetário para auxiliar nas despesas”.

Vejamos:

“Ele continuaria, pois não é o bolsa que influencia o meu filho i pra escola, por que eu procuro é, economizar em outras coisa pra ajuda ele a estuda” (E.1)

“Por que eu acho que não é por causa do dinheiro que ele vêm, né, eu pelo menos penso assim. Não importa, ter entrado no programa foi muito bom, mais ajudou bastante gente, né, a ir pra escola” (E.2).

“Claro as crianças iriam continuar na escola, os outros estudaram sem bolsa família, tá entendendo, mas seria difícil sair ou pensar em sair do bolsa” (E.6).

“Vai continua na escola porque eu acho que a Bolsa Família é uma ajuda mais uma coisa não justifica a outra, você não tem que coloca seu filho na escola só porque você tá recebendo dinheiro” (E.12).

“Bom eles iam te que continuá por causa do futuro deles né, mais ia se muito difícil mais eu ia faze das tripa coração pra eles continuá, eu ia arrumá mais serviço pra pode mantê eles na escola” (E.13).

“Claro, eles não estão na escola por causa do bolsa família, eles tão na escola pois eles têm que aprende, eles tem que ser alguém” (E.16).

4.1.2.8. A Mudança de vida proporcionada pelo Programa Bolsa Família

Frente ao questionamento sobre as possíveis mudanças de vida geradas pela inserção no Programa Bolsa Família, observa-se no discurso das entrevistadas que não existe uma mudança expressiva:

“Ah, mudou muito pouco, por que eu continuo trabalhando do mesmo jeito” (E.8).

***“Ah, não mudou muito” (E.2).
“Acho que ajudou pouco” (E.3).***

Observamos ainda que o fator de estar inserida no Programa gera certa tranquilidade ao futuro, principalmente para as famílias que se encontram inseridas no mercado informal de trabalho, e contam com a instabilidade de não possuir um dia certo para receber seus provimentos, fator este que não ocorre quanto ao dia e valor para recebimento do benefício do Programa Bolsa Família, existindo um calendário anual elaborado pelo Governo.

“Mudou a ajuda na escola, ajuda pra eles, né, não fico com medo de não ter como comprar o material, né” (E.7).

“Eu posso fazer uma prestação, posso contar com o dinheiro, ajuda na alimentação” (E.6).

Mas de todas as entrevistadas uma relatou que foi através do recebimento do bolsa família que sua vida mudou, inclusive que a realização de um sonho foi possível por intermédio do Programa Bolsa Família:

“Ah, eu consegui fazer meu curso de manicure e tô pagando com o Bolsa Família o meu salão (...) por que meu sonho é ter um salão” (E.9).

4.1.2.9. A escolha entre receber o valor monetário do Bolsa Família ou a oportunidade de um emprego

Esta categoria possibilitou a pesquisadora após análise dos dados coletados outra visão quanto aos aspectos e “tabus” que permeiam os beneficiários do Programa Bolsa Família. Esclarecemos como “tabus” os comentários e pensamentos da sociedade em geral quanto ao fato de receber o benefício caracteriza-os como “folgados, que esperam tudo cair do céu, e também do fato de serem acomodados e não saírem para trabalhar, esperando que o Governo de tudo”.

Porém, as respostas das entrevistadas é que permitiram o conhecimento de outro ponto até então, desconhecido para a pesquisadora: a importância dada pelas famílias pobres quanto à presença da mãe na educação e acompanhamento de seus filhos.

Portanto, para a maioria das entrevistadas optar pelo Bolsa Família é ficar em casa e próximo aos filhos, veja a constatação através das seguintes falas:

“Eu vou dizer pra você bem sinceramente, eu nem tenho como dizer que é melhor arrumar um emprego pois eu tenho que cuidar dos meus filhos. Pra mim é difícil sair ou pensar em sair do bolsa” (E.6).

“Se eu for trabalha, eu não vou conseguir cuidar de tudo, e outra e não teria o tempo e atenção que eu tenho pra eles agora, eu não poderia ter, eu vou trabalhar eu vou ter que cumprir horário, por exemplo, eu vou sair cinco horas da manhã e vou tar cinco horas em casa, eu não vou poder acompanhar eles na escola, o estudo, a educação, a atenção que eles precisam, pra não andar na rua, eu não

vou trabalhar bem, pensando neles em casa. Eu teria que pagar uma pessoa pra atender eles, que não seria o ideal, que não poderia ver o erro que eles tão fazendo, eu não teria tempo pra ir na escola, pois pra vir na escola, eu vou ter que faltar o serviço” (E.7).

“Aí, continua lutando como eu tô lutando, arruma um emprego seria bom mais pra mim no caso eu acho assim que como eu tô fazendo é o melhor, tô perto dos meus filhos, agora eu escolho o Bolsa” (E.9).

Neste momento se faz necessário citar que as famílias inscritas no Programa Bolsa Família, inserem-se em sua grande maioria no mercado informal, obtendo baixíssima renda e nenhuma proteção. Não possuem oportunidades e nem poder. Para ACOSTA (2008, p.158), “as desigualdades se nutrem aprisionando os empobrecidos num processo perverso de apartheid e exclusão (...). Essas mesmas condições de vida (...) reforçam a predominância de programas compensatórios”.

A escolha do Programa Bolsa Família se faz presente também na fala das entrevistadas que trabalham fora (autônoma sem previdência social), mas que no momento da escolha, optaram pelo benefício, e justificam:

“Tem que se sincera né? Olha o bolsa famia me ajuda bom mais é trabalho eu acho que só se ganha-se mais né, se eu ganha-se mais no bolsa eu escolho o bolsa, porque dói muito sabe que as criança vão pra escola e a gente não pode leva eles, busca eles, tem muita coisa que acontece ingual acidente, malandro, o meu sonho era fica em casa, leva e busca eles, cuidá só deles isso só se eu nasce de novo, né!” (E.13).

Quanto ao fato de conseguir um emprego e sair do programa, 07 das 16 entrevistadas optaram pelo emprego, sobre o argumento que se ganha mais, é garantido, e se rompe com a dependência do Governo:

“O trabalho em carteira, é mais garantido” (E.2).

“Um trabalho, não porque não fica dependente deles né, e um trabalho ganha muito mais que o Bolsa Família, né?” (E.11).

“O emprego, por que é mais segurança e ganha mais, o dinheiro do emprego é mais, né?” (E.16).

4.1.2.10. Comentários sobre o Programa Bolsa Família através da fala dos entrevistados:

Ao encerramos a coleta de dados, perguntamos as entrevistadas se não tinham algum comentário, sugestão ou esclarecimento quanto ao Programa Bolsa Família, e das 16 entrevistadas, 05 solicitaram o aumento no valor do benefício:

“Aumentando o valor do bolsa, que nem eu tenho três na escola, supor são três material, os uniforme, isso fora outras coisas, né, fruta toda quarta-feira, no mercado se aproveita as oferta, a gente vai fazendo o que pode, por que criança não pode só comer feijão e arroz” (E.6).

Outro ponto observado é a consciência em relação à intenção do Governo ao criar o Programa Bolsa Família, algumas das entrevistadas deixam claro em suas falas da importância da fiscalização, de estar mais perto da realidade das famílias, de deixar de gastar o dinheiro do Governo com coisas que não tem necessidade.

Observam-se as seguintes falas:

“Assim... eu pra mim mesmo é aumenta a fiscalização, porque pra mim o valor eu ganho o que o governo dá de bom grado, como diz meu patrão é poco mais ajuda né, mais acho e tenho visto muita coisa errada no Bolsa Família, muita gente que não precisa gente que a gente vê e as veis eu penso assim, poxa tem gente que precisa em quatro fio no colégio e não recebe e tem gente que os fio nem estudam e tão recebendo, igual uma cunhada minha ela tem cinco fio no colégio e ela foi cancelada, já tem mais de ano e ela tá lutando e ela precisa intão era caso de te uma fiscalização em casa das pessoa i tudo certinho pra vê antes de tirá o plano, tem gente que tem carro do ano e recebe” (E.13).

“A sugestão vamos dizer assim, que eles pegassem e deixassem muita coisa de gastar o dinheiro do governo, hoje que não tem necessidade nenhuma que às vezes eles pegam esse dinheiro e não fazem nada, sabe, e por uma pessoa, como se diz, talvez pra eles não é difícil, não é, ponha uma pessoa pra atender um por cuidando a necessidade deles e pela necessidade da pessoa, daí, vamo dizer assim, vocês atendendo a necessidade, vamo supor, seu eu pegasse cinquenta reais fosse pra necessidade, tudo, ali perto de casa tem duas famílias que tem carro, não tem necessidade, e outros fazem dois, três

anos e até hoje não tem, mas por que? Não tem uma pessoa cuidando, fiscalizando de perto” (E.7).

Apareceu nas falas às dificuldades derivadas da burocracia da documentação a ser apresentada, bem como, sobre o período que se tem de se aguardar uma resposta do Governo, com uma demora que pode ser de três a quatro anos. Sugerem maior agilidade nos processos, pois as famílias que procuram se inscrever no Programa Bolsa Família encontra-se em situação de extrema pobreza e a demora na análise e resposta só acarreta e dificulta ainda mais a situação vivida por estas famílias. Eis as falas de algumas entrevistadas:

“que agiliza-se mais a seletiva porque eu fiquei quatro anos esperando...inclusive eu tinha comentado com a minha vizinha, faz quatro ano que eu já fui lá e até agora não me chamaram, esqueceram de mim, no mês seguinte daí veio, eles tem que agiliza um pouco mais porque a gente vai lá por que precisa, né” (E.15).

E que realmente o Governo Federal desse a devida importância e apoio através de acompanhamento e um trabalho direcionado para as famílias em situação de pobreza:

“Eu gostaria assim que, fosse feito que apoiassem mesmo as pessoas, por que eu vejo, não tô falando do meu caso, mas eu conheço pessoas que vivem disso aí, então é uma vida miserável mesmo que eles levam, não no meu caso, graças a Deus eu tenho uma casa e procuro batalha pra não fica assim, mas tem pessoas que é complicado, então eu achava assim que o agente de saúde, assistente social, dessem mais prioridade, acompanhasse essas famílias, sabe, pra poder tar passando pro Município, pro Estado, pra até mesmo pro País, o que tá acontecendo” (E.1).

Todos os pontos abordados merecem ser enfatizados, pois somente quem desenvolve o trabalho diário com esta população sabe da importância de uma fiscalização e de um acompanhamento efetivo frente aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Quando se fala de estar mais perto da população, este é o pensamento de muitos trabalhadores sociais que sabem da importância de se fazer políticas públicas voltadas para a realidade da população.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Durante o processo de investigação, procurou-se compreender que possíveis relações poderiam existir entre a educação e o Programa Bolsa Família, permeadas pelos aportes da psicologia social comunitária e da educação.

Em cada pergunta formulada e em cada resposta obtida foi-se construindo e percebendo a importância de variáveis indispensáveis à aprendizagem e ao ensino, assim como uma troca de conhecimento entre as participantes, e que poderiam ser enfocados na perspectiva da Psicologia Social Comunitária.

O Programa Bolsa Família foi utilizado como o eixo norteador da pesquisa. Trata-se de um programa do Governo Federal que procura através de compromissos a serem cumpridos na área de educação e saúde, repassar um valor monetário para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que possuem em sua composição familiar filhos em idade escolar.

A centralidade do Programa Bolsa Família está na área educacional, devido ao programa de transferência de renda ter como objetivo amenizar o ciclo da pobreza através da escolarização.

Neste contexto a educação é vista como necessária à convivência social e à humanização, além de reconhecer a escola como espaço de encontro e confronto de culturas e identidades.

Além disto o Programa Bolsa Família tem estado presente no cotidiano profissional desta pesquisadora, que é servidora pública municipal e desenvolve trabalho de acompanhamento comunitário e social junto às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza há mais de dois anos. Assim, o contato diário com estas famílias é que permitiu que alguns pontos fossem observados e posteriormente pesquisados, enfocando-se o significado da educação e de que forma ocorre o processo educativo e a forma de participação na escola, na comunidade e dentro do próprio contexto familiar.

Enfatiza-se que a presente pesquisa tem sua relevância a partir do momento que passa a refletir sobre o contexto social de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, suas concepções e significados sobre a educação, o processo

educativo de seus filhos, contexto escolar, conceito sobre bolsa família, dificuldades de vida e aspirações de um futuro melhor.

Quanto aos resultados da pesquisa sobre o significado da escola na vida das entrevistadas, observamos que elas demonstram saber da importância da escolarização para seus filhos, que a escola é “tudo” no que se refere à oportunidade de um futuro melhor, mas já para os filhos estes não percebem seus resultados de forma concreta nas suas vidas, necessitando sempre de apoio e de “conversas” dos pais para que continuem dentro do contexto escolar.

Porém, quando falam de si, as dificuldades do cotidiano as separam do contexto escolar. As dificuldades apresentadas aqui são as de cuidar das tarefas domésticas e a educação dos filhos, o trabalho para sustento da família, o cansaço físico, o medo de retorno para casa tarde da noite, a dificuldade de aprendizado, a submissão ao marido, dentre outras.

As entrevistadas relatam sobre a cobrança do mercado de trabalho quanto à escolaridade, mas que as necessidades diárias e econômicas obrigam a se submeter ao trabalho em casa de famílias, sem registro em carteira e/ou direitos trabalhistas como garantir uma aposentadoria, auxílio doença, férias, etc., ficando estas à mercê da sorte.

A família sabe da importância e da necessidade da escolarização, mas depara-se com uma realidade dura que exige soluções mediatas, e que o estudo proporciona um futuro melhor, mas demorado. Neste pensamento é que as entrevistadas mencionam que os filhos é que devem estudar, e que para elas a vida reserva o trabalho árduo para manter a família.

De todas as entrevistadas somente uma tem a intenção de retornar a estudar e cursar o terceiro grau, vislumbrando a faculdade de “letras”. Junto à intenção é interessante enfatizar que a respectiva entrevistada trabalha dentro de uma escola e desempenha as funções de serviços gerais, aqui paramos para levantar uma pequena indagação: será realmente o meio que influencia o homem em suas decisões?

Quanto ao papel e a participação dos pais no processo educativo de seus filhos observa-se que devido ao baixo grau de escolaridade, em sua maioria os pais não conseguem acompanhar os filhos nas lições, nas tarefas de casa, ficando esta

responsabilidade em mãos de terceiros como os professores, irmãos mais velhos, parentes e vizinhos.

Atenta-se que as entrevistadas não acompanham ou auxiliam seus filhos nas tarefas repassadas pela escola, fator este que não faz parte do cotidiano dos pais.

Outro ponto observado é que, o desempenho do aluno está diretamente relacionado ao gostar ou não do professor, informação esta que nos faz refletir da responsabilidade e do compromisso profissional que o educador deve ter enquanto ensina e se torna referência seja esta boa ou má na vida das pessoas.

As entrevistadas sabem das suas responsabilidades de acompanhar seus filhos, de conversar, de dar atenção, de amar, de respeitar, e da importância do convívio no contexto familiar, mas que devido aos afazeres domésticos e de sobrevivência não conseguem acompanhar seus filhos em todas as atividades.

Relativo ao significado da escola, a mesma é vista como um prosseguimento da família e como um processo de integração entre a criança e a sociedade.

Neste contexto de significados, percebe-se que a escola é citada como um lugar que pode oferecer ascensão pessoal e profissional, da oportunidade de “ser alguém na vida”, além de ser o fator de realização de sonhos e de crescimento, algo que deve proporcionar um futuro melhor, e que necessita de compromisso, responsabilidade, dedicação. A família percebe a escola como necessária mas ao estar inserida em um cotidiano precário e de extrema pobreza, que necessita de uma solução mediata, encontra na escolarização que não se percebe resultados rápidos e mediatos na vida dos alunos. Aqui, a escolarização se percebe como um direito e não como um investimento futuro.

Outro ponto apresentado por uma entrevistada é que a escola é um lugar que proporciona através da merenda escolar, uma maneira de se sanar a fome física.

Relativo ao contexto escolar foi abordado pontos sobre a escola “antiga e atual”, fazendo uma co-relação, sendo citado que na escola “antiga” o respeito entre o aluno e o professor se fazia presente, não existia tanta violência e os métodos de ensino e os pais eram mais rigorosos. Porém quanto às escolas estas eram de difícil acesso e apresentavam pouco conforto, além de pequena estrutura. Já em relação à escola “atual”, apareceu na fala das entrevistadas a facilidade ao acesso aos materiais como livros, computadores. A presença e o trabalho multidisciplinar também foram abordados como ponto positivo na escola “atual”.

Em relação à possibilidade do (a) filho (a) parar/desistir de estudar, observou-se nas respostas das mães que estas incentivam seus filhos a permanecer na escola citando exemplos de vida dos próprios pais, de sofrimentos e de limitações, portanto, a vida “sofrida” se torna instrumental de incentivo para que os filhos das famílias em situação de pobreza continuem estudando.

Relativo ao cenário de participação dos pais no contexto escolar detectou-se na fala das entrevistadas que a maioria das escolas não chamou os pais para nenhuma atividade durante o primeiro semestre letivo, seja para entrega de boletins, ou qualquer outro tipo de celebração. Fator este de extrema relevância, pois se o processo educativo deve ocorrer em todos os espaços de convivência, deve-se ocorrer uma parceria mútua entre a escola e a família, para que os mesmos sejam vistos e referendados como espaços de educação.

Acredita-se que o fato de convidar os pais para ajudar em festas escolares ou a convocação para tomar ciência do rendimento escolar ou ouvir queixas, não se pode chamar de participação.

O fortalecimento da relação entre a escola, família, e a sociedade é fundamental para efetivar e garantir os direitos sociais como a educação, a saúde, a moradia, o lazer, a segurança, entre outros.

É através da participação da família no contexto escolar que a mesma terá o papel de co-gestora e não apenas de receptora da política educacional. Portanto, as famílias devem ser trabalhadas no sentido de serem “conscientizadas” da importância quanto a sua participação no contexto escolar, que a escola deve ser vista como um espaço democrático e do compromisso ético e político com os interesses das classes subalternas.

A família deve ser encarada como uma aliada no processo educativo deve ser vista como a protagonista e não apenas como um figurante frente às questões sociais.

Acredita-se ainda que a escola deva fazer parte da realidade da vida cotidiana da família e da comunidade, pois desta maneira, a partir do momento em que a família, a comunidade e a escola se aproximem, focalizando o trabalho em rede, pois as questões existentes estão interligadas e interrelacionadas entre si.

Quanto ao assunto do Programa Bolsa Família, procuramos questionar sobre o significado, o funcionamento, o critério de inclusão, compromissos que devem ser

cumpridos com relação ao programa, constatou-se na fala das entrevistadas dificuldades ao conceituar o que seja o programa, sendo que estas sabem da finalidade do repasse de um valor monetário para “ajudar as famílias”. Muitas confundem o Programa Bolsa Família com a antiga Bolsa Escola, que foi extinta em 2003.

Na fala da maioria das entrevistadas não foi detectado nenhuma mudança significativa de vida após o recebimento do valor financeiro. Porém, ao serem questionadas quanto à oportunidade de um trabalho versus continuar recebendo o valor, a maioria prefere receber o benefício, sendo que o mesmo possibilita ficar mais próximo dos filhos, fator este que segundo as mesmas é dificultado quando se tem um trabalho, um horário a se cumprir.

Por outro lado, percebe-se a necessidade de uma fiscalização expressiva, “mais de perto” por parte da sociedade, onde são vários os exemplos citados de famílias que “não precisam do auxílio”, mas que recebem enquanto as que se encontram em situação de pobreza não recebem o benefício, e quando procuram para fazer o preenchimento do Cadastro Único, se deparam com a burocracia do preenchimento dos papéis e a falta da documentação necessária para a inserção no Programa.

Quanto à demora na concessão do benefício foi outro ponto apresentado, muitas mencionaram estar renovando o Cadastro (informações) todo ano e que nunca foram beneficiadas, inclusive algumas citam estar esperando há mais de três anos.

Aproveitamos a fala das entrevistadas para reforçar a necessidade e a importância de um controle social e da participação efetiva por parte da sociedade em relação ao acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, e só quem trabalha diariamente na implantação dessas políticas, programas e projetos é que sabe da necessidade e das consequências que a falta de fiscalização “mais de perto” e de um acompanhamento junto a estas políticas públicas, pode ocasionar.

Falamos aqui, de que muitos programas são elaborados sem se considerar o perfil ou o diagnóstico social e cultural de cada região, são realizados “pacotes” de ações que devem ser implantadas sem se considerar a “vontade de cada cidadão”, onde se tem quantidade de pessoas a serem atingidas, mas não qualidade nos

serviços oferecidos, e aqui, se deve considerar ainda o prazo estipulado para a efetivação do serviço.

Neste momento, citamos o enfoque da pesquisa, o Programa Bolsa Família, que foi constatado através da pesquisa, que não vêm ocorrendo o acompanhamento das famílias em situação de descumprimento dos compromissos na área de educação ou de saúde. Pois, entende-se que a ação tanto da escola como da unidade de saúde não deve ser feita de maneira isolada, deve-se ocorrer um trabalho em rede de proteção social, entre todas as áreas envolvidas, ou seja, a área de saúde, educação e assistência social. Tal argumento é levantado principalmente por não se detectar nenhum trabalho efetivo quanto às famílias que são caracterizadas como “descumpridoras” dos compromissos estabelecidos. Sendo que, muitos dos motivos envolvem e mostram a vulnerabilidade dessas famílias como nos casos que compete atuação do serviço social, como o trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, entre outros, nenhum trabalho é realizado.

Porém, se encontramos algum tipo de trabalho comunitário ou acompanhamento sendo desenvolvido frente às famílias de extrema pobreza este é realizado pelo comprometimento de alguns trabalhadores sociais e por respeito e ética ao usuário.

Frente ao Órgão Gestor do Programa Bolsa Família do Município pesquisado, no momento não existe o repasse de informações (listagem) dos beneficiários e/ou inscritos junto ao Programa Bolsa Família, ou tão pouco uma listagem com as famílias que “deixaram de cumprir as condicionalidades na área de saúde ou na área de educação”.

Portanto, quando se menciona do comprometimento de alguns trabalhadores sociais, é isso mesmo que se quer enfatizar, pois depende exclusivamente da visão do profissional e do seu comprometimento de causa e conhecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para se concretizar e oficializar o trabalho proposto pela Política, que tem na família a centralidade de suas ações, propondo a organização de uma rede de serviços especializados, que visa pela necessidade de maior aproximação do cotidiano da vida das pessoas.

A ausência de um acompanhamento efetivo junto às famílias inscritas no Programa Bolsa Família traz sérias implicações a partir do momento que não vem a

proteger o seu público alvo que são as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, pois apesar da ampla oferta de serviços públicos existentes, geralmente as políticas sociais, não são acessadas em maior intensidade por esta população, que possuem dificuldades para acessar os serviços e benefícios sociais de que necessitam. As dificuldades aqui mencionadas são relatadas através da ausência de documentação, residem em locais de difícil acesso, dificuldade de linguagem (de expressar as suas necessidades), dentre outras situações.

Portanto, o acompanhamento se torna primordial para o acesso as Políticas Sociais existentes, bem como, para a efetivação dos direitos sociais.

Partimos do seguinte raciocínio, de que forma poderá proteger uma criança ou adolescente que não está freqüentando a escola, se a própria escola não sabe o real motivo desta falta? De que forma a Unidade de Saúde poderá auxiliar e acompanhar as crianças na prevenção de doenças e estado nutricional, se a própria unidade não sabe onde estão estas crianças? De que forma o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) poderá desenvolver um trabalho social para estas famílias se o mesmo não possui as informações quanto às famílias beneficiárias?

Portanto, as políticas, os programas e serviços são “impostos” na sociedade e cabe aos trabalhadores sociais a sua implantação e adequação à realidade, e também ao seu sucesso e ao seu fracasso, pois nem todos os profissionais estão capacitados para trabalhar como estes tipos de demanda não possuem recursos financeiros ou incentivos por parte de suas chefias/superiores para a realização e efetivação de tais programas, projetos e serviços, e a questão se complica quando o meio é de cunho “político”.

Mesmo diante de todos os desafios apresentados, é interessante comentar que, nos últimos anos a Política de Assistência Social vêm passando por transformações. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742) de 1993, e a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004, estabelecem como responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade na condução da política.

Trabalhar com a participação da sociedade na condução da política é um desafio com grandes entraves a serem rompidos, pois as dificuldades existem diariamente quando se trabalha com famílias em situação de extrema pobreza que possuem sérias limitações em se expressar, em tratar de suas necessidades pessoais, materiais, profissionais e sociais. Eis um grande desafio, de proporcionar a participação, reconhecer as pessoas como cidadãos, integrantes de uma comunidade e que fazem parte de um contexto.

Outro fator que se deve abordar é que a pesquisa permitiu conhecer e ouvir a opinião de famílias que se utilizam das políticas públicas, principalmente detectar na fala das entrevistadas, das dificuldades em conciliar o trabalho com o cumprimento dos compromissos exigidos pelo programa, principalmente no que se refere ao acompanhamento nutricional das crianças na área de saúde, pois necessitam pedir dispensa para a “patroa” para levar os filhos na Unidade de Saúde. Se não cumprem os compromissos do programa, perdem o benefício, se pedem para sair mais cedo do trabalho, são descontadas, ambas as alternativas, causam prejuízo para as pesquisadas.

Quanto às sugestões apresentadas junto ao Programa Bolsa Família a maioria das entrevistadas sinaliza para uma fiscalização “mais de perto”, das dificuldades em entender o cálculo utilizado para o pagamento do benefício e da possibilidade em se aumentar o valor pago.

E o último ponto a ser considerado, relaciona-se a uma perspectiva da Psicologia Social Comunitária, diante da qual tecemos alguns comentários.

- a) As Políticas Públicas deveriam ser voltadas para a realidade de cada população a ser atendida, tendo como eixo norteador as próprias pessoas como protagonistas de cada política. Deveriam ser evitadas propostas “eleitoreiras” e distantes das realidades, que não proporcionam Crescimento ou desenvolvimento, gerando um caráter assistencialista e filantrópico.
- b) Que as Entidades Educacionais possibilitassem o acesso a todas as classes sociais, que realmente se fizesse uma educação popular, voltada para as pessoas que possuem dificuldade no aprendizado, onde o conhecimento do senso comum fosse caracterizado como um item de crescimento e não como uma característica de exclusão;

Acreditamos que o trabalho comunitário é de extrema importância para as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, pois ele é que permitirá que se desenvolvam ações sócio educativas, realizadas através da participação dos usuários em grupos, que possibilitam o acesso a informações e novos conhecimentos, enriquecendo o cotidiano das famílias.

As ações sócio educativas aqui são vistas como um espaço de fala e de escuta, onde ouvir o público alvo dos programas sociais dá direito à voz para aqueles que não podiam questionar o que lhes era oferecido.

O trabalho comunitário aparece como um fator essencial, pois permite o crescimento coletivo, facilitando que os participantes se reconheçam enquanto sujeitos políticos com direitos e deveres e que busquem, coletivamente, estratégias para garanti-los.

Ao trabalhador social cabe captar a necessidade dos sujeitos de forma individual e coletiva, proporcionar reflexões e debates sobre a realidade vivida, viabilizar o acesso a informações e aquisições para o exercício de pertencimento e de cidadania, promover potencialidades, proporcionar a participação, reconhecendo as pessoas como cidadãos, integrantes de uma comunidade, que apresentam limites e possibilidades que precisam ser identificados para que estratégias possam ser construídas.

Diante da pesquisa e do trabalho social realizado diariamente com famílias em situação de extrema pobreza, surgiu através das próprias famílias, a possibilidade da criação de uma “Escola de Pais”, com o intuito de resgatar o cotidiano das famílias, o relacionamento entre pais e filhos, e principalmente envolver os professores e educadores com o intuito de aproximar a realidade familiar com a realidade escolar.

Quanto à pesquisadora a respectiva pesquisa permitiu repensar a sua prática enquanto trabalhadora social, e como tal ao participar do contexto dessas famílias nos tornamos responsáveis pelo presente que construímos através de nossas ações, e por que não dizer, ações comunitárias, um futuro comprometido com a dignidade e melhores condições de vida.

E pertinente ao Programa Bolsa Família, este é um benefício que veio favorecer realmente o orçamento doméstico de muitas famílias, principalmente aquelas que se encontram em extrema pobreza, sendo para estas a única fonte de

renda fixa e de sobrevivência e que se pode esperar durante o mês. Quanto ao rompimento do ciclo da pobreza entre as gerações, o valor repassado para as famílias não é suficiente para sanar as necessidades básicas, e quanto ao item de condicionalidades a serem cumpridas, só acarretam dificuldades, pois no lugar de somar, atrapalham as famílias que possuem uma renda informal, pois as prejudica, necessitando ausentar-se do ambiente de trabalho para cumprir as regras geradas pelo programa. E quanto ao processo de escolarização, realmente houve um aumento no grau de escolaridade entre as gerações. Mas, será que os compromissos adotados tanto na área de educação como de saúde são suficientes para romper com o ciclo de reprodução da pobreza e contribuir para alterar o perfil da distribuição de renda no Brasil?

Concluimos com Paulo FREIRE (1921-1997), “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque que amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.R. **Famílias beneficiadas pelo Programa de Renda Mínima em São José dos Campos/SP**: aproximações avaliativas. In: Família, Redes, Laços e Políticas Públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez: 2008.

ALENCAR, M.M.T. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família**. In: Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2008. p. 61-78.

BARÓ, I. M. **Psicologia de La liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

BARROS, R. P. de, *et al.* **Texto para discussão nº 1201**: Conseqüências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 7-32.

BOCK, A M B, *et al.* **Psicologias**: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de out. de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. 464p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de jul. de 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. Impresso na Imprensa Oficial do Estado. Curitiba: PR, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dez. de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de dez. de 1993. Disponível: www.Congemas.org.br/loas.pdf. Acesso: 22 de fev. de 2009.

BRASIL. Decreto n. 5.209, de 17 de set. de 2004. Regulamenta a lei nº 10.836, de 09 de jan. de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outra providências, **Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil**; Brasília, DF, 17 de set. de 2004. Disponível: <<http://jusbrasil.com.br/legislacao/97392/decreto-5209>> acesso: 08 de jan. de 2009.

BRASIL/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Guia de Políticas e Programas do Ministério Social e Combate à Fome**. Brasília, 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de jul. de 2001. Institui o cadastramento único para programas sociais do Governo Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de jul. de 2001. Disponível: <<http://jusbrasil.com.br/legislacao/97392/decreto-5209>>. Acesso: 02 de jun. de 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.135, de 26 de jun. de 2007. Dispõe sobre cadastro único para programas sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de jun. de 2007. Disponível: <<http://br.vlex.com/vid/cadastro-unico-programas-sociais-governo-33882882>>. Acesso: 25 de maio de 2008.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 05 de set. de 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso: 27 de ago. de 2008.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de out. de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de out. de 2003. Disponível: <<http://bolsafamilia.gov.br>>. Acesso: 13 de maio de 2009.

BRASIL/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações para acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Bolsa Família**: manual da gestão de condicionalidades. Brasília, DF: 1º ed. 2006. p. 3-130.

BRASIL. Lei 10.836, de 09 de jan. de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 de jan. de 2004. : <<http://bolsafamilia.gov.br>>. Acesso: 13 de maio de 2009.

CAMPOS, R.H. de F. Introdução: A Psicologia Social Comunitária. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). **Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à autonomia**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-15.

CARVALHO, M. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). In: ACOSTA, A.R; VITALE, M.A.F (Org). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 241-265.

CIAMPA, A da C. Identidade. In: LANE, S T M. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Livro, p 58 – 75.

FERREIRA, A.B.H. **Mini Dicionário de Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*. v.14, n2, 2005. p. 50-59.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. Biblioteca digital: Disponível em: <<http://www.:paulofreire.org.br>>. Acesso em: 13 de maio de 2009.

FREITAS, M. F. Q de. **Psicologia Social – Perspectivas y aportaciones hacia un mundo posible**. Que legado recebeu e que desafios enfrenta a psicologia social comunitária? México: Amapsi, 2007. (a)

FREITAS, M. F. Q. de. **Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária**: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**, Petrópolis, RJ: Vozes, p. 54 –80, 2007. (b)

GÓIS, C W de L. **Psicologia Comunitária**. *Universitas Ciências da Saúde* {1993} – v. 01, n. 02, p. 277 – 297.

GOMES, M.A. **Família em situação de vulnerabilidade social**: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, 2005. p.357-363.

GUZZO, R S L. **Escola Amordaçada**: Compromisso do Psicólogo com Este Contexto. Campinas, SP: Alínea, 2005.

LANE, S.T.M. , GODO, W. **Psicologia Social**: O homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE, S.T.M. **O que é Psicologia Social**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LAURELL, A. C. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, J de S. **A Sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOTA, A.E. Seguridade Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1996. p.191-195.

MONTERO, M. **Teoría y práctica de La psicología comunitária**: La tensión entre comunidad y sociedad. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2003.

OLIVEIRA, P. S de. **Introdução à Sociologia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PINTO, A.V. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 1993.

REIS, J R T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S T M. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 99 – 124.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SARTI, C.A. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2007.

SAWAIA, B B. Comunidade: a Apropriação Científica de um Conceito Tão Antigo Quanto a Humanidade. In: CAMPOS, R H de F. **Psicologia Social Comunitária: da sociedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 35–53.

SILVA, M.O. da S. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, M. O. da S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva. Maranhão, p 1429 – 1439. dez. 2006 à mar. 2007.

SPOSATI, A. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania**. Brasília: SAS, 1997.

SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: Desafios e perspectivas**. Brasília: Líber, 2009.

TAKASHIMA, G.M.K. O desafio da Política de atendimento à família: dar vida às leis: uma questão de postura. In: **Família Brasileira: a base de tudo**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 77-92.

VÉRAS, M.P.B. Exclusão Social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B.(org). **As artimanhas de exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 27-48.

YASBEK, M.C. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social**. Cadernos Abong, São Paulo, n.19, out. 1997.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA,B. (org.) **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 16-26.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO

Este é um convite para responder a uma entrevista que faz parte da pesquisa: **O significado da educação para os inscritos no Programa Bolsa Família sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária**. Suas respostas irão colaborar com informações que nos ajudarão a entender o significado da escolaridade e, como você vê o Programa Bolsa Família.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida na Universidade Federal do Paraná – UFPR, no Curso de Pós-Graduação em Educação, pela aluna Marialda Esmanhotto, sob orientação da Profa Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas.

A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com o Programa Bolsa Família.

Portanto fique à vontade para aceitar ou não o convite. No entanto, se decidir colaborar com o nosso trabalho, estamos garantindo que seu nome não será divulgado, pois, por medidas éticas, garantimos seu anonimato e pedimos permissão para que nossa conversa seja gravada. Tendo as respostas registradas, poderemos passar para a segunda fase do trabalho que será a reprodução desta conversa em forma escrita. Estamos ainda nos comprometendo, em marcar um novo encontro no qual pretendemos apresentar o resultado do estudo a todas as pessoas que com ele colaboraram.

A entrevista é formada de perguntas a respeito da sua rotina de vida diária.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, RG/CPF: _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo O significado da educação para os inscritos no Programa Bolsa Família sob o enfoque da Psicologia Social Comunitária, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Marialda Esmanhotto sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência.

Local e data:

Nome e Assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE 2:

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Escolaridade dos Pais:

Qual a sua idade?

A sra nasceu em que cidade?

Quanto tempo reside na Região Metropolitana de Curitiba?

Qual seu estado civil?

A sra está estudando e/ou parou em que série?

Por que a sra parou de estudar?

Em algum período a sra já pensou em voltar a estudar? Por quê?

A sra se lembra de como era a escola em que estudava? Se fizesse uma comparação entre a escola do seu filho e a sua, qual seria melhor? Por quê?

Sabe se seus pais estudaram? Até que série?

Composição familiar e renda:

A sua família reside em casa própria, alugada ou cedida?

Quem mora na sua casa?

Quem trabalha na sua casa?

No que ele(a) trabalha?

Qual a renda?

A sra trabalha em que?

A sra conta com a ajuda de outras pessoas, do governo, da assistência social, da igreja, para auxiliar nas despesas da casa? Com quem? E o que recebe?

(Em relação aos) Filhos e escola:

A sra possui quantos filhos? Qual a idade deles?

Todos estão estudando? Em que série?

A escola que seus filhos estudam é perto da sua casa?

Quem leva e como eles voltam da escola?

O local que fica a escola de seus filhos é considerado um lugar perigoso, seus filhos já presenciaram algum tipo de violência na escola ou próximo? O que foi?

A sra sabe qual é a rotina do seu filho, ele sai da escola, vai para casa, e o que ele faz depois disso?

Os seus filhos possuem horário de estudo, fora da escola, em casa?

A sra já viu o seu filho estudando? Pegando um livro, lendo?

Quando seu filho precisa fazer um trabalho da escola, a sra sabe aonde ele pesquisa?

A sra sabe se na escola do seu filho tem biblioteca ou laboratório de informática?

Quem ajuda seu filho na lição de casa?

Vocês conversam sobre a aula, o que ele aprendeu na escola?

Já participou de alguma reunião de pais ou festividade a escola de seus filhos? A sra acha que as reuniões são importantes? Por quê?

O que os seus filhos falam da escola? (se gostam ou não)

E dos professores?

Como é o desenvolvimento de seus filhos na escola, as notas são boas? Ele já reprovou alguma vez? Ou parou de estudar alguma vez?

Para manter o seu filho na escola hoje, o que pesa mais? Gasto com material, uniforme, transporte, etc.

Significados:

O que significa escola para a sra?

Na sua opinião, qual é o papel dos pais, da família?

De que maneira a sra incentiva seu filho a estudar?

Alguma vez seu filho já falou em parar (desistir) de estudar?

Qual foi a sua reação diante de tal pensamento?

Hoje, o que o estudo pode trazer para o seu filho?

Programa Bolsa Família:

A sra sabe o que o Bolsa Família?

Quanto tempo recebe o bolsa?

Qual o valor?

Quais as suas despesas mensais (gastos) com luz, água, alimentação, gás, medicamentos, transporte, vestuário e lazer.

O que a sra faz com o dinheiro do bolsa família, gasta com que?

Alguma vez a sua família deixou de receber o dinheiro? Sabe o motivo?

Para recebimento do bolsa família existem compromissos na área de educação e saúde, a sra sabia disso? E o que acha, estes devem ter?

O que mudou na sua vida após receber o bolsa?

Vamos supor que a sra tenha duas chances: arrumar um emprego e de conseguir o bolsa família, qual seria a sua escolha? Por quê?

Se algum dia a sra fosse excluída do bolsa família, seu filho permaneceria na escola? Comente.

A sra acredita que a intenção do governo em criar o bolsa família foi boa ou ruim? Por quê?

Gostaria de fazer alguma sugestão quanto ao programa?

Agradecemos a participação.